

PROGRAMA

NASCER MAIS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

nascer 



GOVERNO
DOS AÇORES

FICHA TÉCNICA

Título: PROGRAMA NASCER MAIS – *Relatório de Avaliação*

Editor: Vice-Presidência do Governo Regional

Responsável pela edição: Núcleo de Estudos e Planeamento

Data: Outubro 2023

Local de edição: Angra do Heroísmo

Índice

Enquadramento demográfico	10
Enquadramento do Programa <i>Nascer Mais</i>	21
Metodologia e objetivos do <i>Estudo</i>	24
Caracterização dos progenitores.....	27
Caracterização das crianças beneficiárias	33
Planeamento Familiar (perspetivas)	36
O Programa <i>Nascer Mais</i> e a Natalidade	39
Impacto financeiro do Programa <i>Nascer Mais</i> nas famílias.....	42
Processo de candidatura	48
Aspetos positivos e negativos do <i>Programa</i>	51
Sugestões	60
Conclusões	65
Referência bibliográficas	69
Sítios da internet consultados.....	70
Conceitos.....	71
Abreviaturas e símbolos.....	72
Anexos	73
Anexo 1 – Legislação enquadradora	73
Anexo 2 – E-mail remetido aos progenitores.....	74
Anexo 3 – Inquérito por questionário	75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população residente – Açores 2001-2011-2021	11
Gráfico 2 – Distribuição percentual da população residente, por ilha - Açores 2021	12
Gráfico 3 - Variação percentual da população residente, por ilha - Açores 2011 – 2021.....	14
Gráfico 4 – Variação percentual da população residente, por concelho Açores 2011 – 2021 ...	14
Gráfico 5 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF), Portugal e Regiões - 2018 – 2022	16
Gráfico 6 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF), por ilha – Açores 2022.....	17
Gráfico 7 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF), por concelho - 2022.....	17
Gráfico 8 – Idade média das mulheres ao nascimento do 1º filho – Portugal e Regiões 2018-2022	18
Gráfico 9 – Taxa bruta da natalidade (%) em Portugal - 2018-2022.....	19
Gráfico 10 – Nº de Nascimentos nos Açores 2018 – 2022.....	19
Gráfico 11 – Concelho de residência dos beneficiários	28
Gráfico 12 – Progenitores por sexo.....	28
Gráfico 13 – Progenitores, por idade	29
Gráfico 14 – Nível de escolaridade dos progenitores dos beneficiários	29
Gráfico 15 – Nível de escolaridade dos progenitores dos beneficiários (%).....	30
Gráfico 16 – Agregados familiares por tipologia.....	30
Gráfico 17 – Agregados familiares por dimensão	31
Gráfico 18 – Origem dos rendimentos dos progenitores.....	31
Gráfico 19 – Montante do rendimento mensal líquido dos progenitores.....	32
Gráfico 20 – Montante do rendimentos mensal líquido dos progenitores (%)	32
Gráfico 21 – Tipologia dos nascimentos	34
Gráfico 22 – Ordem de nascimento	34
Gráfico 23 – Situação relativamente à condição de beneficiário de abono de família	35
Gráfico 24 – Número de inquiridos, por número de filhos que planeia vir a ter (fecundidade final esperada).....	37
Gráfico 25 – Número de filhos que planeia vir a ter, por número de filhos que tem atualmente	37
Gráfico 26 – Número de filhos que desejaria ter quando pensou em constituir família (fecundidade desejada).....	38
Gráfico 27 – Fatores que, na opinião dos entrevistados, mais contribuem para a decisão de ter filhos.....	40

Gráfico 28 – Grau de contribuição do Programa Nascer Mais na decisão de ter mais filhos, segundo os entrevistados	41
Gráfico 29 - Grau de contribuição do Programa Nascer Mais para o aumento da natalidade, segundo os entrevistados	41
Gráfico 30 – Contributo do Programa Nascer Mais para a redução dos encargos financeiros do agregado familiar	43
Gráfico 31 – Poupança média mensal do agregado familiar decorrente do Programa Nascer Mais	43
Gráfico 32 – Grau de dificuldade na aquisição de produtos de higiene, tratamento e cuidados para a criança	44
Gráfico 33 - Grau de dificuldade na aquisição de acessórios para a criança	45
Gráfico 34 – Grau de dificuldade na aquisição de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação	45
Gráfico 35 - Grau de dificuldade na aquisição de produtos lácteos para lactantes ou similares	46
Gráfico 36 - Grau de dificuldade na aquisição de medicamentos	46
Gráfico 37 – Grau de dificuldade na aquisição de aparelhos para tratamento criança.....	47
Gráfico 38 - Grau de dificuldade na aquisição de brinquedos	47
Gráfico 39 – Grau de dificuldade sentido no processo de candidatura ao Programa Nascer Mais	49
Gráfico 40 – Opinião relativamente ao período de tempo entre a entrada da candidatura e o deferimento	49
Gráfico 41 - Grau de satisfação global relativamente ao Programa Nascer Mais	50
Gráfico 42 – Aspetos positivos do Programa por tipologia.....	52
Gráfico 43 – Aspetos negativos do Programa, por tipologia.....	57
Gráfico 44 – Inquiridos que deram ou não sugestões para a melhoria/alteração do Programa	61

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução intercensitária da população residente, por ilha e concelho Açores 2001-2011-2021.....	13
Quadro 2 – População residente (15-49 anos), por ilha e concelho - Açores 2011-2021	15
Quadro 3 – Evolução do número de nascimentos, por ilha e concelho - Açores 2018-2022	20
Quadro 4 – Beneficiários e amostra, por concelho e ilha	25
Quadro 5 – Cálculo da amostra.....	25
Quadro 6 – Aspetos positivos do Programa.....	54
Quadro 7 – Aspetos negativos do Programa	58
Quadro 8 – Descrição das sugestões formuladas pelos inquiridos.....	62

Nota introdutória

Nos últimos anos, os efeitos da redução da população residente, associado à diminuição de nascimentos e o conseqüente envelhecimento da população, provocando um desequilíbrio geracional, tem colocado na ordem do dia em Portugal e nos Açores, as questões da sustentabilidade demográfica.

A tendência regressiva da população residente a que temos assistido, de quase todos os grupos etários, na última década, à exceção da faixa etária 65 e mais anos, são indicadores relevantes na configuração da pirâmide etária da população portuguesa. Também nos Açores, à semelhança do território nacional e europeu, tem-se registado ao longo dos anos, uma quebra significativa da sua população residente, a qual foi superior a 4% no último período intercensitário, fenómeno que se observou em todas as ilhas e em todos os concelhos, à exceção do concelho da Madalena, na ilha do Pico.

A redução da natalidade em Portugal tem vindo a ser interpretada como resultado essencialmente de três fatores. O primeiro relacionado com o aumento da idade das mulheres que têm filhos/as e, em particular, o adiamento da decisão do primeiro filho/a; a segunda causa relacionada com a redução do número de crianças por família – os homens e as mulheres que decidem ter crianças tendem a tê-las em menor número, 55,1% das mulheres e 47,3% dos homens indicaram não tencionar ter ou ter mais filhos (INE, 2020); e por último, como terceiro fator, há que considerar a própria redução da natalidade a partir dos anos 90 que implicou a diminuição populacional de mulheres nas chamadas idades “mais” férteis que nasceram naquela década, verificando-se um menor número de mulheres que ainda têm pela frente um horizonte longo de idade fértil (CES, 2022 *apud* INE, 2020; Mendes, 2018; Rosa e Oliveira, 2021).

Por outro lado, nas últimas décadas, a sociedade europeia e portuguesa, foram palco de mudanças estruturais ao nível cultural, familiar, social e laboral, trazendo transformações ao nível do planeamento familiar, nomeadamente às decisões tomadas em relação à parentalidade e ao número de filhos que se tem (Cunha, Atalaia e Marinho, 2020).

As mudanças relacionadas com *a família*, com o papel social da mulher, com a divisão social do trabalho - entre outras - têm tido uma influência decisiva na natalidade e na fecundidade provocando alterações sociais profundas ao nível da organização social e familiar. (Cunha, 2018)

Os anos seguintes após a Revolução Democrática, caracterizaram-se por um período de inversão da baixa natalidade registando uma subida dos índices de fecundidade - esta associada às

expetativas de melhoria das condições de vida, do acesso ao mercado de trabalho e do consequente aumento de rendimentos verificado naquele período. Contudo, desde meados dos anos 80 que a sociedade portuguesa deixou de assegurar o limiar de reposição de gerações, isto é, o número de nascimentos recomendados para a substituição de gerações - 2,1 filhos por mulher em idade fértil (CES, 2022 *apud* INE, 2020; Mendes, 2018; Rosa e Oliveira, 2021).

Na Europa, a substituição de gerações não está assegurada em nenhum país da União Europeia. De acordo com os dados de 2022, a França é o país com o Índice Sintético de Fecundidade (n.º médio de filhos por mulher em idade fértil¹) mais elevado da UE (1,8), enquanto Portugal (1,4) ocupa os últimos lugares da tabela (PORDATA).

São as Regiões do Algarve (1,6), Área Metropolitana de Lisboa (1,6) e Alentejo (1,5) que apresentam valores acima da média nacional, enquanto as Regiões, Centro (1,3), Açores (1,3), Norte (1,2) e Madeira (1,2), encontram-se abaixo dos valores médios do país (PORDATA).

Cada vez mais existe uma discrepância na decisão de ter um filho (fecundidade desejada) e o número de nascimentos (fecundidade realizada). O último *Inquérito à Fecundidade*, realizado em 2019, pelo Instituto Nacional de Estatística, vem dar nota dessas mudanças.

A tendência que se assiste na redução do grupo etário feminino em idade fértil, no número de nascimentos e, o próprio adiamento do nascimento do primeiro filho, influencia a capacidade de vir a alcançar a descendência final esperada, reduzindo, portanto, o número de filhos por mulher. (INE, 2020)

Segundo o *Inquérito à Fecundidade 2019*, a discrepância entre a fertilidade desejada e a realizada é expectável nas idades mais jovens, dado que há ainda um horizonte temporal para, eventualmente, realizar esse desejo, enquanto que nos escalões etários seguintes ela assume uma maior relevância, mostrando de forma clara que, em todos os escalões etários acima dos 30 anos de idade, mais de metade dos homens e das mulheres afirmaram ter menos filhos do que desejavam. Este adiamento da decisão de ter o primeiro filho, faz com que as mulheres tenham os seus filhos cada vez mais tarde. (ibidem)

Este fenómeno é transversal a toda a sociedade europeia. De uma maneira geral, a idade média em que as mulheres são mães pela 1ª vez aumentou em todos os Estados Membros da União Europeia. Se em 2018, a média rondava os 29,3 anos, em 2021 encontrava-se nos 29,7. O mesmo aconteceu em Portugal e em todas as regiões do país (Eurostat; INE).

¹ Para efeitos estatísticos, considera-se idade fértil o intervalo de idades entre os 15 e os 49 anos de idade.

Desde 2020, que o país atingiu a média de idade da mulher a ter o 1º filho na casa dos 30 anos. A acompanhar esta tendência estão as regiões do Norte, Centro, área Metropolitana de Lisboa e Região da Madeira. Apenas o Alentejo, Algarve e os Açores, são as Regiões onde as mulheres têm filhos em idade abaixo dos 30 anos (29,2, 29,4 e 29 em 2022, respetivamente). (INE, 2020)

Embora entre 2011 e 2021, os Açores tenham perdido população, continuam a ser a Região com a idade média mais baixa do país (41,7 anos). Contudo, verifica-se uma discrepância muito significativa quando comparamos as diferentes ilhas e concelhos do arquipélago como decorre da análise mais pormenorizada que faremos a seguir.

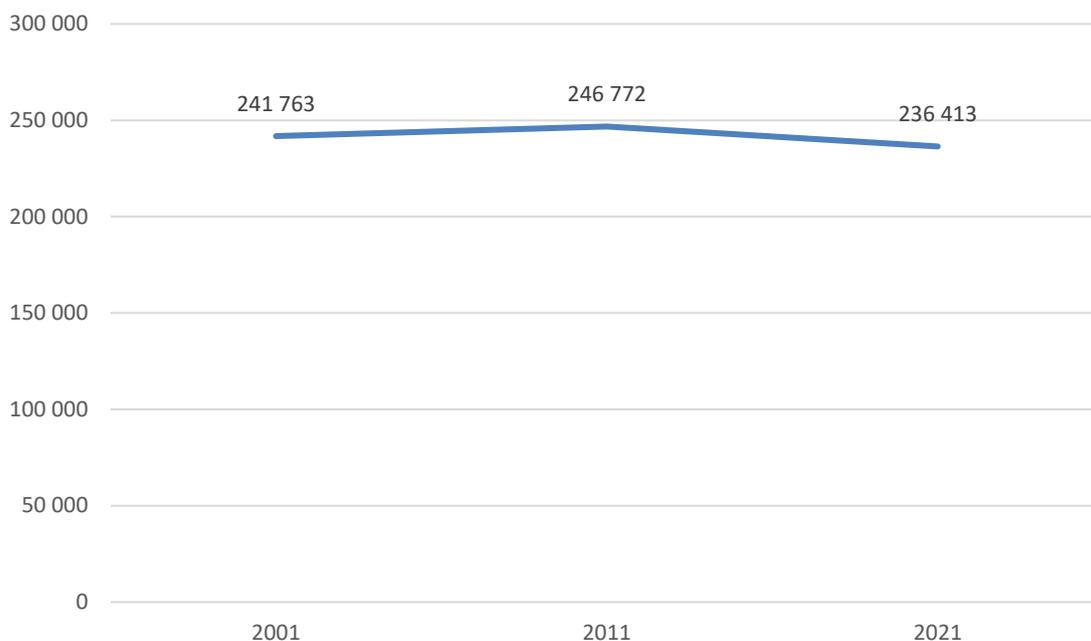
Também nos Açores - e a partir das respostas que obtivemos no presente Estudo – embora estejamos apenas perante 137 entrevistados, constata-se que a maioria destas famílias não pretendem ir além de um filho ou dois. Poucas são aquelas que tencionam ter três ou mais filhos, embora, como veremos, *desejassem* ter mais.

1.

Enquadramento demográfico

Segundo os Resultados Definitivos dos Censos 2021, residiam nos Açores à data do momento censitário, 236 413 pessoas, o que representa um decréscimo de 4,2% face a 2011 e 2,2% em relação a 2001. Estes valores traduzem uma inversão na tendência ligeira de crescimento da população a que se assistiu na década entre 2001 e 2011, em que se registou um crescimento de 2,1% da população residente nos Açores.

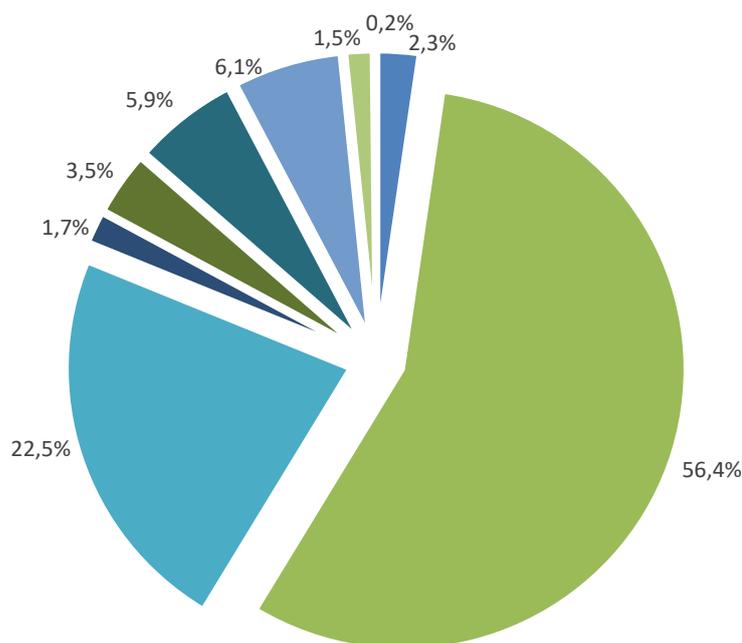
Gráfico 1 – Evolução da população residente – Açores 2001-2011-2021



Fonte: INE – Censos da população residente, 2001-2011-2021.

Quanto à distribuição da população residente, a mesma não sofreu alterações, verificando-se que, mais de metade, 56,4%, localiza-se na ilha de São Miguel e 22,5% na ilha Terceira. Nas restantes sete ilhas (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo) residem 21,1% da população.

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população residente, por ilha - Açores 2021



■ Santa Maria ■ São Miguel ■ Terceira ■ Graciosa ■ São Jorge ■ Pico ■ Faial ■ Flores ■ Corvo

Fonte: INE – Censos da população residente, 2021

Na última década, todas as ilhas dos Açores registaram um decréscimo populacional (-10 359 pessoas), sendo que as ilhas em que esse decréscimo foi mais acentuado, em termos percentuais, foram as do Corvo (10,7%), Flores (9,6%) e São Jorge (8,7%).

Esta tendência verificou-se também ao nível dos concelhos, à exceção do concelho da Madalena do Pico, que apresentava mais 270 pessoas do que em 2011. Do lado oposto, e em número absoluto, foi o concelho de Angra do Heroísmo que registou o maior decréscimo nos últimos dez anos (-1 631 pessoas), seguido de Ponta Delgada (-1 580 pessoas) e Praia da Vitória (- 1 572).

Quadro 1 – Evolução intercensitária da população residente, por ilha e concelho²
Açores 2001-2011-2021

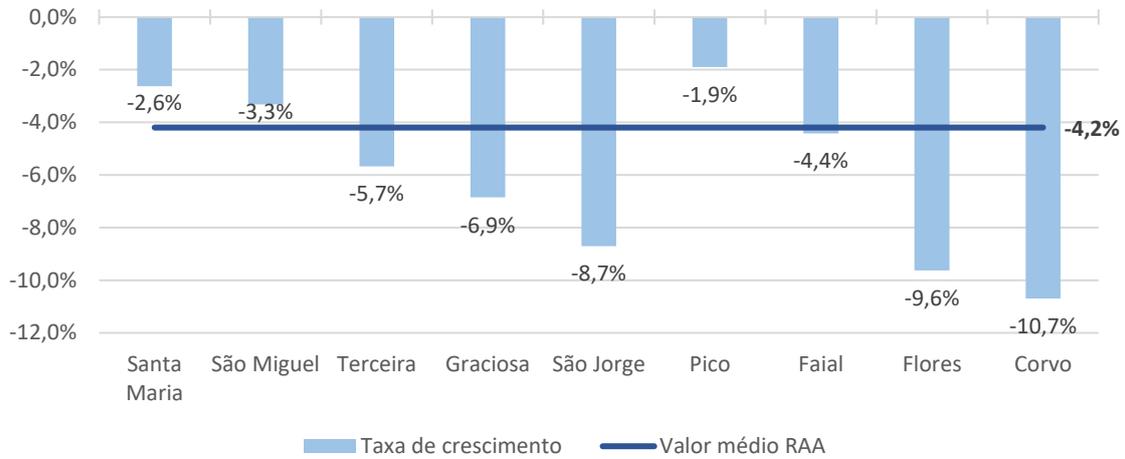
Localização geográfica	Período de referência			Variação 2001-2021 Nº	Variação 2001-2021 %	Variação 2011-2021 Nº	Variação 2011-2021 %
	2001 (Censos)	2011 (Censos)	2021 (Censos)				
Vila do Porto	5 578	5 552	5 406	-172	-3,1%	-146	-2,6%
Santa Maria	5 578	5 552	5 406	-172	-3,1%	-146	-2,6%
Lagoa	14 126	14 442	14 189	63	0,4%	-253	-1,8%
Nordeste	5 291	4 937	4 368	-923	-17,4%	-569	-11,5%
Ponta Delgada	65 854	68 809	67 229	1 375	2,1%	-1 580	-2,3%
Povoação	6 726	6 327	5 791	-935	-13,9%	-536	-8,5%
Ribeira Grande	28 462	32 112	31 388	2 926	10,3%	-724	-2,3%
Vila Franca do Campo	11 150	11 229	10 323	-827	-7,4%	-906	-8,1%
São Miguel	131 609	137 856	133 288	1 679	1,3%	-4 568	-3,3%
Angra do Heroísmo	35 581	35 402	33 771	-1 810	-5,1%	-1 631	-4,6%
Praia da Vitória	20 252	21 035	19 463	-789	-3,9%	-1 572	-7,5%
Terceira	55 833	56 437	53 234	-2 599	-4,7%	-3 203	-5,7%
Santa Cruz da Graciosa	4 780	4 391	4 090	-690	-14,4%	-301	-6,9%
Graciosa	4 780	4 391	4 090	-690	-14,4%	-301	-6,9%
Calheta	4 069	3 773	3 437	-632	-15,5%	-336	-8,9%
Velas	5 605	5 398	4 936	-669	-11,9%	-462	-8,6%
São Jorge	9 674	9 171	8 373	-1 301	-13,4%	-798	-8,7%
Lajes do Pico	5 041	4 711	4 340	-701	-13,9%	-371	-7,9%
Madalena	6 136	6 049	6 319	183	3,0%	270	4,5%
São Roque do Pico	3 629	3 388	3 220	-409	-11,3%	-168	-5,0%
Pico	14 806	14 148	13 879	-927	-6,3%	-269	-1,9%
Horta	15 063	14 994	14 331	-732	-4,9%	-663	-4,4%
Faial	15 063	14 994	14 331	-732	-4,9%	-663	-4,4%
Lajes das Flores	1 502	1 504	1 408	-94	-6,3%	-96	-6,4%
Santa Cruz das Flores	2 493	2 289	2 020	-473	-19,0%	-269	-11,8%
Flores	3 995	3 793	3 428	-567	-14,2%	-365	-9,6%
Vila Nova do Corvo	425	430	384	-41	-9,6%	-46	-10,7%
Corvo	425	430	384	-41	-9,6%	-46	-10,7%
Açores	241 763	246 772	236 413	-5 350	-2,2%	-10 359	-4,2%

Fonte: INE – Censos 2001-2011-2021

A tendência de decréscimo populacional verifica-se em todas as ilhas açorianas, sendo que apenas três apresentam perdas abaixo da média regional (-4,2%): o Pico, com a menor descida populacional, perdeu apenas 1,9% da sua população, Santa Maria com -2,6% e São Miguel com -3,3%. A ilha do Corvo contabilizou o maior decréscimo, 10,7%.

² Concelhos a cinzento dizem respeito aos concelhos abrangidos pelo Programa *Nascer Mais*.

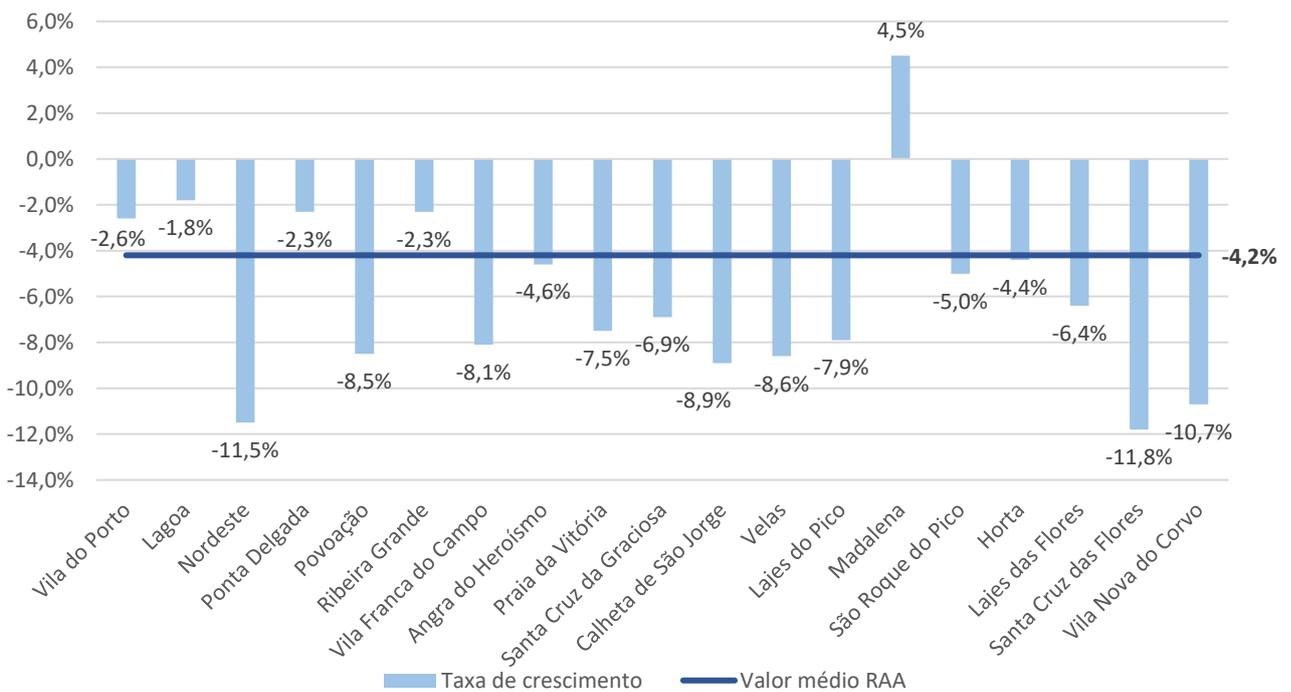
Gráfico 3 - Variação percentual da população residente, por ilha - Açores 2011 – 2021



Fonte: INE – Censos 2011-2021

Analisando a quebra populacional por concelho, constata-se que apenas o da Madalena do Pico apresenta uma tendência de crescimento demográfico entre 2011 e 2021 (4,5%). Todos os outros concelhos da Região, espelham um crescimento negativo, sendo que três apresentam valores negativos, na casa dos dois dígitos, sendo eles: Santa Cruz das Flores (-11,8%), Nordeste (-11,5%) e Vila Nova do Corvo (-10,7%). O concelho da Lagoa foi o que menos população perdeu, no período em análise, 1,8%.

Gráfico 4 – Variação percentual da população residente, por concelho Açores 2011 – 2021



Fonte: INE – Censos 2011-2021

Por outro lado, verifica-se, simultaneamente, no período intercensitário 2011 e 2021, em todas as ilhas e concelhos, uma quebra populacional no grupo etário feminino considerado em idade fértil (15-49 anos) de cerca de 11%, sendo que os concelhos do Nordeste e de Santa Cruz das Flores assinalam quebras na ordem dos 19% e 20%, respetivamente.

Quadro 2 – População residente (15-49 anos), por ilha e concelho³ - Açores 2011-2021

Localização geográfica	Período de referência						Taxa de variação 2011-2021
	2011			2021			
	HM	H	M	HM	H	M	M
Vila do Porto	2 828	1 412	1 416	2 502	1 250	1 252	-12%
Santa Maria	2 828	1 412	1 416	2 502	1 250	1 252	-12%
Lagoa	7 932	4 058	3 874	7 285	3 615	3 670	-5%
Nordeste	2 343	1 202	1 141	1 893	964	929	-19%
Ponta Delgada	37 322	18 626	18 696	33 419	16 530	16 889	-10%
Povoação	3 263	1 644	1 619	2 679	1 341	1 338	-17%
Ribeira Grande	17 770	9 153	8 617	16 486	8 394	8 092	-6%
Vila Franca do Campo	6 028	3 052	2 976	5 063	2 557	2 506	-16%
São Miguel	74 658	37 735	36 923	66 825	33 401	33 424	-9%
Angra do Heroísmo	17 831	9 007	8 824	15 536	7 794	7 742	-12%
Praia da Vitória	10 863	5 485	5 378	8 852	4 412	4 440	-17%
Terceira	28 694	14 492	14 202	24 388	12 206	12 182	-14%
Santa Cruz da Graciosa	2 038	1 029	1 009	1 740	875	865	-14%
Graciosa	2 038	1 029	1 009	1 740	875	865	-14%
Calheta	1 766	907	859	1 455	745	710	-17%
Velas	2 665	1 375	1 290	2 171	1 096	1 075	-17%
São Jorge	4 431	2 282	2 149	3 626	1 841	1 785	-17%
Lajes do Pico	2 163	1 122	1 041	1 753	867	886	-15%
Madalena	2 948	1 507	1 441	2 859	1 430	1 429	-1%
São Roque do Pico	1 651	845	806	1 373	706	667	-17%
Pico	6 762	3 474	3 288	5 985	3 003	2 982	-9%
Horta	7 533	3 789	3 744	6 449	3 214	3 235	-14%
Faial	7 533	3 789	3 744	6 449	3 214	3 235	-14%
Lajes das Flores	705	391	314	622	326	296	-6%
Santa Cruz das Flores	1 135	586	549	900	463	437	-20%
Flores	1 840	977	863	1 522	789	733	-15%
Vila Nova do Corvo	220	128	92	199	108	91	-1%
Corvo	220	128	92	199	108	91	-1%
Açores	129 004	65 318	63 686	113 236	56 687	56 549	-11%

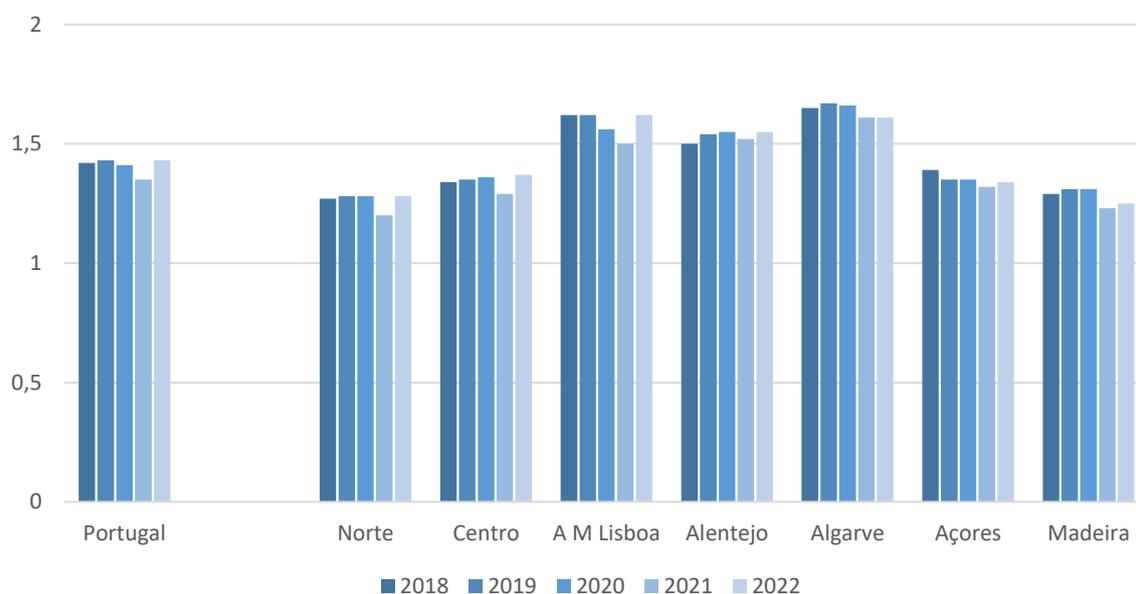
Fonte: INE – Censos 2011-2021

³ Concelhos a cinzento dizem respeito aos concelhos abrangidos pelo Programa *Nascer Mais*.

Nos últimos anos, o índice sintético de fecundidade (número médio de filhos por mulher em idade fértil), tem registado valores abaixo de 1,5, valor considerado preocupante do ponto de vista demográfico, não só pelo reflexo direto da queda do número de nascimentos, mas pelas suas implicações no processo de envelhecimento e de declínio demográfico.

Se compararmos todas as regiões do país, é a região do Algarve, Alentejo e Área Metropolitana de Lisboa, que apresentam valores acima da média nacional (1,43), enquanto a região Norte, Centro, Açores e Madeira encontram-se abaixo dos valores médios do país, sendo que em 2022, a Região Autónoma da Madeira e a Região Norte registaram os valores mais baixos (1,25 e 1,28 respetivamente).

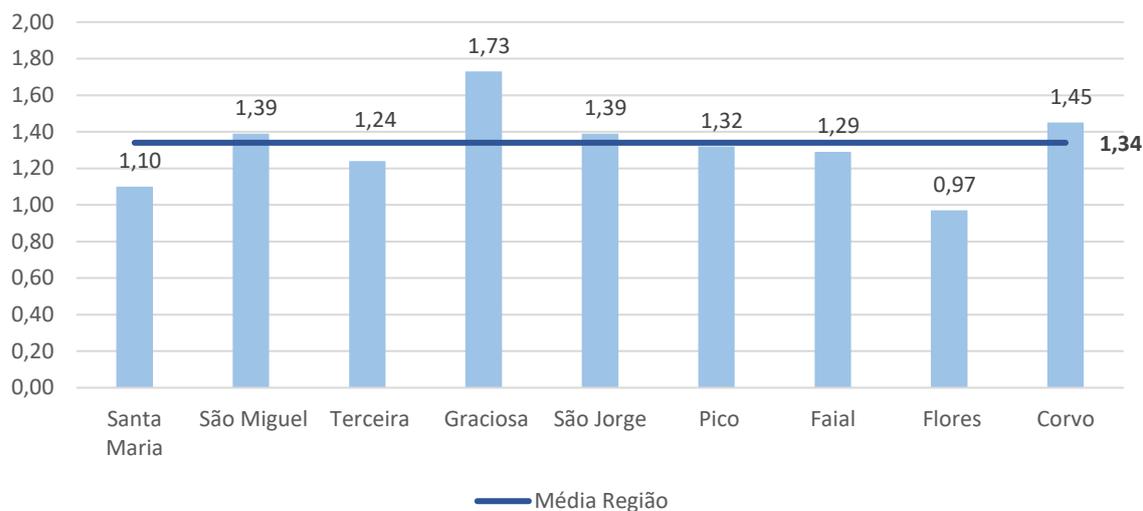
Gráfico 5 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF), Portugal e Regiões - 2018 – 2022



Fonte: PORDATA

Nos Açores, em 2022, o índice sintético de fecundidade (1,34) encontrava-se abaixo da média nacional (1,43). As ilhas de Santa Maria (1,10), Terceira (1,24), Pico (1,32), Faial (1,29) e Flores (0,97) que registavam uma fecundidade abaixo da média regional, chegando mesmo a ilha das Flores a apresentar valores negativos.

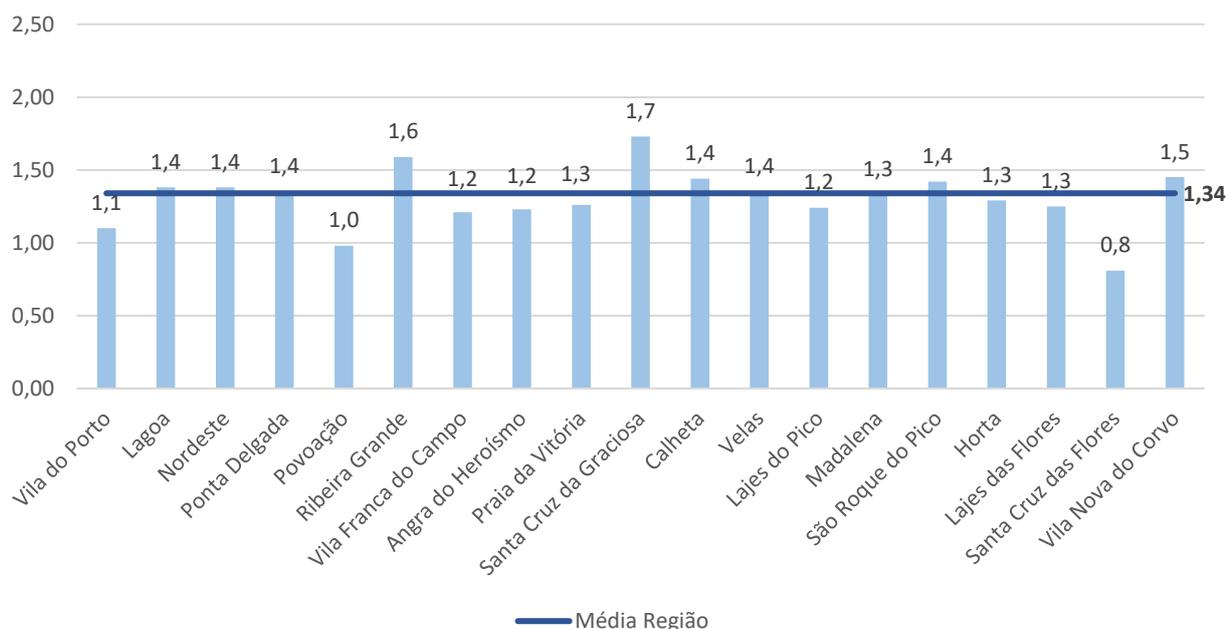
Gráfico 6 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF), por ilha – Açores 2022



Fonte: PORDATA

Ao analisarmos o número médio de filhos por mulher, nos 19 concelhos da Região, verifica-se que os de Santa Cruz da Graciosa e Ribeira Grande (1,73 e 1,59, respetivamente) registam valores mais próximos dos dois filhos, enquanto Vila do Porto (1,10), Povoação (0,98), Vila Franca do Campo (1,21), Angra do Heroísmo (1,23), Praia da Vitória (1,26), Lajes do Pico (1,24), Madalena (1,33), Horta (1,29), Lajes das Flores (1,25) e Santa Cruz das Flores (0,81), encontram-se abaixo do valor médio regional.

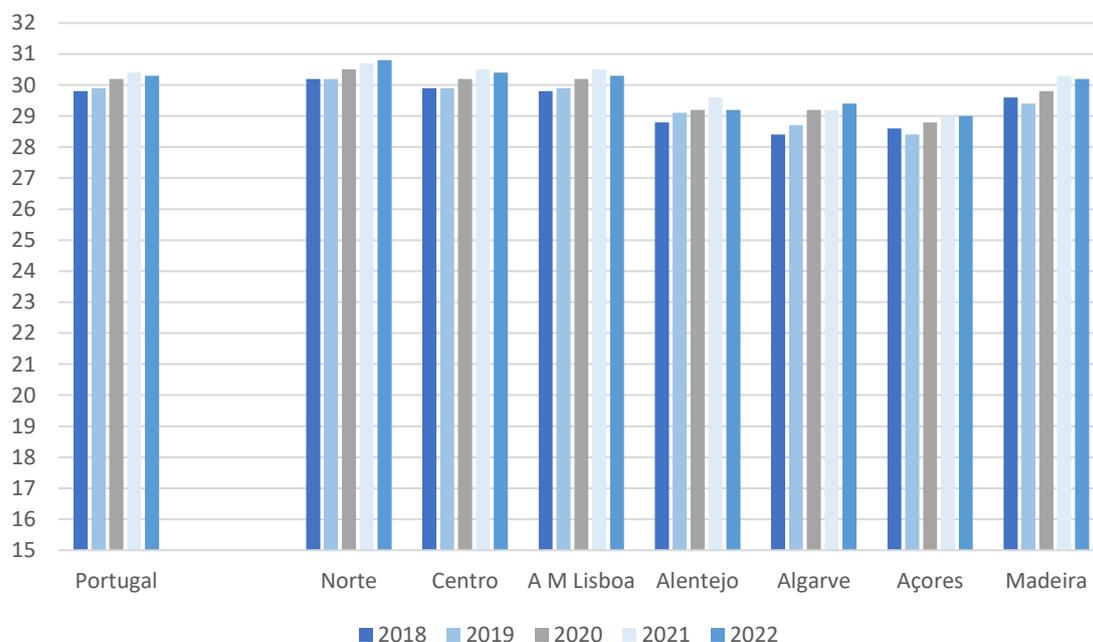
Gráfico 7 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF), por concelho - 2022



Fonte: PORDATA

Desde 2020, que o país atingiu a média de idade da mulher a ter o 1º filho na casa dos 30 anos. A acompanhar esta tendência estão as regiões do Norte, Centro, área Metropolitana de Lisboa e ilha da Madeira. Apenas o Alentejo, Algarve e os Açores, são as regiões onde as mulheres têm filhos em idade abaixo dos 30 anos (29,2; 29,4 e 29 em 2022, respetivamente).

Gráfico 8 – Idade média das mulheres ao nascimento do 1º filho – Portugal e Regiões 2018-2022

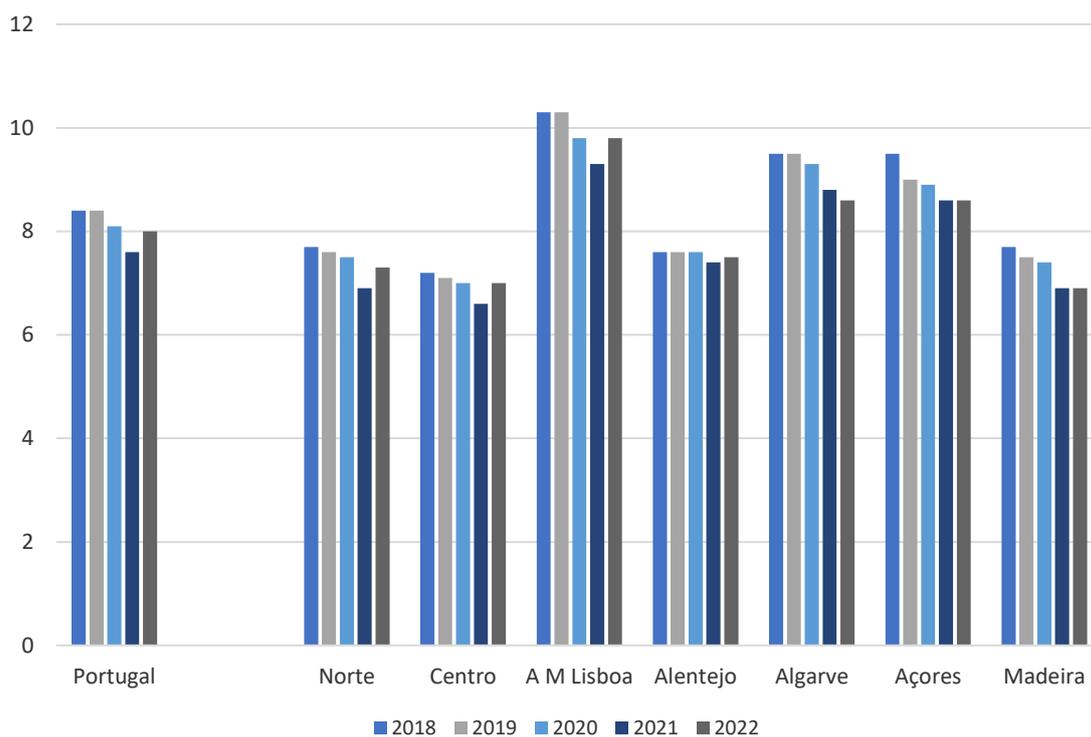


Fonte: INE

Em Portugal, os indicadores relativos à natalidade, nomeadamente a taxa bruta de natalidade (número de nascimentos por cada 1 000 residentes), tem vindo a sofrer alterações. Verifica-se que todas as regiões do país apresentam ligeiras oscilações entre 2018 e 2022, sendo que a região Norte, Centro, Alentejo e Madeira, apresentam valores abaixo da média nacional (8 ‰).

Em 2022, apenas a Área Metropolitana de Lisboa apresentava uma taxa bruta de natalidade na ordem dos dois dígitos (10‰), seguindo-se a região do Algarve e os Açores, com nove nascimentos por cada 1 000 habitantes.

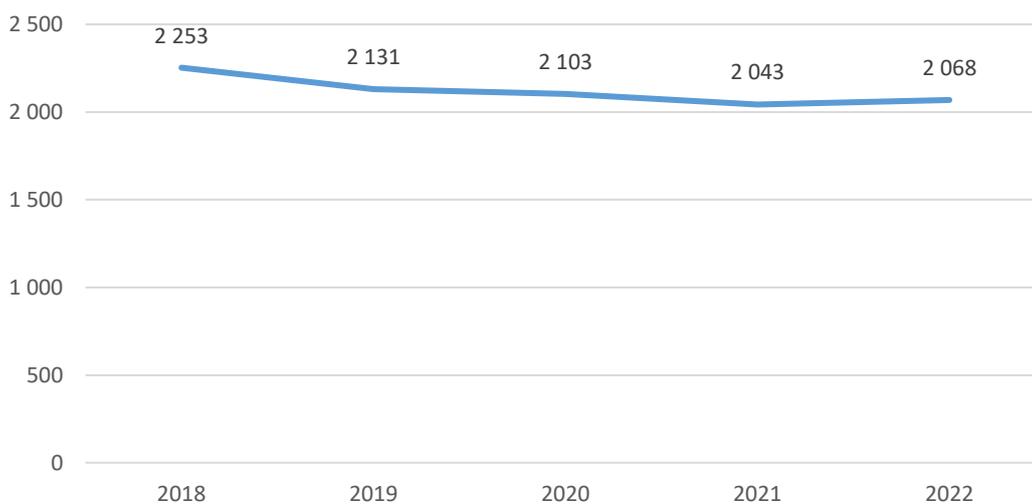
Gráfico 9 – Taxa bruta da natalidade (%) em Portugal - 2018-2022



Fonte: PORDATA

No que se refere ao número de nascimentos, e analisando um período de cinco anos, constata-se que, nos Açores, a maior quebra registou-se entre 2018 e 2022 (-185), sendo que o ano de 2022 (2 068) apresentou um ligeiro crescimento (+25) face ao ano anterior.

Gráfico 10 – Nº de Nascimentos nos Açores 2018 – 2022



Fonte: INE

Entre 2018 e 2022, todas as ilhas viram nascer menos crianças, à exceção da ilha Graciosa, que contou com mais cinco nascimentos. Tanto as ilhas de São Jorge, como a ilha do Corvo, registaram precisamente o mesmo número de nascimentos, 65 e 4, respetivamente.

Já no período intercensitário, 2021-2022, o aumento de nascimentos, embora ligeiro, verifica-se sobretudo na ilha de São Miguel, nomeadamente nos concelhos de Vila Franca do Campo (+12) e Ribeira Grande (+17), Graciosa (+12), São Jorge (+10), Pico (+11) e Faial (+2).

Quadro 3 – Evolução do número de nascimentos, por ilha e concelho⁴ - Açores 2018-2022

Localização geográfica	Período de referência				
	2018	2019	2020	2021	2022
Vila do Porto	49	37	38	56	38
Santa Maria	49	37	38	56	38
Lagoa	145	127	162	135	137
Nordeste	36	40	25	27	33
Ponta Delgada	660	623	623	621	621
Povoação	43	35	47	45	36
Ribeira Grande	385	370	326	331	348
Vila Franca do Campo	91	91	92	71	83
São Miguel	1 360	1 286	1 275	1 230	1 258
Angra do Heroísmo	290	291	292	260	264
Praia da Vitória	174	157	157	168	154
Terceira	464	448	449	428	418
Santa Cruz da Graciosa	36	40	33	29	41
Graciosa	36	40	33	29	41
Calheta	22	27	23	21	28
Velas	43	29	44	34	37
São Jorge	65	56	67	55	65
Lajes do Pico	31	34	35	32	30
Madalena	59	53	52	47	54
São Roque do Pico	28	23	24	22	28
Pico	118	110	111	101	112
Horta	128	122	103	110	112
Faial	128	122	103	110	112
Lajes das Flores	7	15	14	7	10
Santa Cruz das Flores	22	16	11	22	10
Flores	29	31	25	29	20
Vila Nova do Corvo	4	1	2	5	4
Corvo	4	1	2	5	4
Açores	2 253	2 131	2 103	2 043	2 068

Fonte: PORDATA

⁴ Concelhos a cinzento dizem respeito aos concelhos abrangidos pelo Programa *Nascer Mais*.

2.

Enquadramento do Programa *Nascer Mais*

Estudos recentes publicados através do *European Demographic Data Sheet (2020)* demonstram o impacto da deterioração económica na redução da natalidade: “empregos mal pagos e instáveis, habitação a preços inoportáveis, diminuição dos rendimentos relativos e preocupações com o futuro: a pressão económica contínua e as incertezas enfrentadas pelos jovens adultos em muitos países estão a contribuir para esta tendência de diminuição das taxas de natalidade”.

Efetivamente, os portugueses têm menos filhos do que gostariam: “em Portugal, em média, as mulheres e os casais querem ter cerca de 2,3 filhos e, na realidade, têm 1,2” (Ferro M., 2018).

Foi neste contexto de baixa natalidade, de acentuado envelhecimento e de desertificação de vários concelhos da Região Autónoma dos Açores – expresso no capítulo anterior - que foi criado o Programa *Nascer Mais*, doravante designado por *Programa*, “atendendo a que o papel das políticas públicas na fecundidade não é negligenciável. Não só para as pessoas que querem ter filhos, mas também para as pessoas que não querem (atendendo a que a expressão dessa vontade pode, em muitos casos, ser apenas temporária), as políticas públicas podem fazer alguma diferença, no sentido da redução, quer de incertezas, nomeadamente perante o mercado de trabalho, quer dos desequilíbrios de papéis e expectativas entre homens e mulheres, tanto no exercício da atividade profissional como na parentalidade” (INE, 2020).

O *Programa* foi criado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022 de 18 de outubro de 2022, tendo como objetivo estimular o aumento da natalidade e, consequentemente, combater a erosão demográfica das ilhas açorianas.

Criado sob a forma de projeto-piloto, aquele visa a atribuição de um apoio financeiro, não reembolsável, no valor de 1 500,0€, a utilizar em qualquer farmácia da Região, destinado à promoção do bem-estar e saúde das crianças açorianas no primeiro ano de vida.

O *Programa* abrange os 12 concelhos dos Açores que apresentaram uma quebra populacional acima dos 5% negativos entre os anos de 2011 e de 2021, sendo estes os concelhos de Nordeste; Povoação; Vila Franca do Campo; Praia da Vitória; Santa Cruz da Graciosa; Calheta de São Jorge; Velas; Lajes do Pico; São Roque do Pico; Lajes das Flores; Santa Cruz das Flores e Vila Nova do Corvo.

Esta Medida entrou em vigor em outubro de 2022, a qual foi extensiva, retroativamente, a todas as crianças nascidas ou adotadas, naquele ano. Assim, os progenitores inquiridos no âmbito do *Estudo* efetuado, decidiram ter filhos antes da entrada em vigor do Programa *Nascer Mais*, não tendo, portanto, este contribuído para essa decisão.

Não sendo possível aferir em que medida este *Programa* atingiu o objetivo para o qual foi criado – aumentar a natalidade nos concelhos abrangidos -, uma vez que ainda não decorreu um ano desde a sua implementação, o presente *Estudo* visou apenas avaliar o *Programa* no que concerne à sua implementação, impacto financeiro nos agregados familiares, eventuais limitações, ineficiências e constrangimentos, através da auscultação dos progenitores dos atuais beneficiários.

Só quando for possível questionar os progenitores que decidiram ter filhos depois da Medida estar em vigor é que se poderá, eventualmente, avaliar até que ponto a mesma teve ou não influência na decisão de ter filhos. Contudo, será sempre muito difícil quantificar qual o impacto que uma medida – isoladamente – tem numa decisão tão complexa como a de ter filhos, na qual pesam inúmeros fatores de natureza emocional, pessoal e profissional. De resto, como veremos mais à frente, não parece ser os apoios – isolados - de natureza monetária aqueles que mais influência têm na decisão de ter filhos.

3.

Metodologia e objetivos do *Estudo*

A esta amostra foi aplicado um inquérito por questionário, o qual foi disponibilizado por via eletrónica, através de um endereço próprio. A cada beneficiário foi remetido um email no qual se solicitava o respetivo preenchimento e se explicava os objetivos do *Estudo* (*e-mail* e questionário em anexo).

O questionário é composto por 32 perguntas, agrupadas em sete grandes temas:

1. Caracterização do agregado familiar dos beneficiários;
2. Impacto financeiro do Programa no orçamento familiar;
3. Grau de dificuldade financeira na aquisição dos produtos para a criança durante o primeiro ano de vida;
4. Avaliação sobre os fatores subjetivos que contribuem para a decisão de ter filhos;
5. Aspetos positivos e negativos do *Programa* de acordo com a perspetiva dos beneficiários;
6. Nível de satisfação relativamente ao *Programa*;
7. Sugestões de melhoria.

O questionário esteve disponível para preenchimento entre 6 de junho e 4 de julho de 2023.

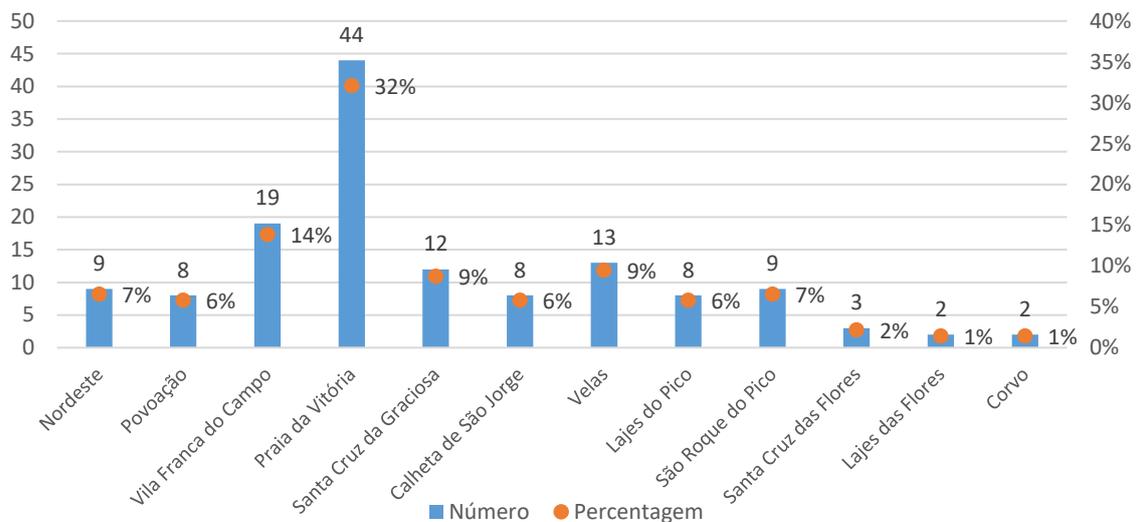
4.

Caracterização dos progenitores

No presente capítulo efetua-se uma breve caracterização dos progenitores das crianças abrangidas pelo Programa *Nascer Mais*, nomeadamente no que se refere ao concelho de residência, ao sexo, idade, escolaridade, tipologia e dimensão dos agregados familiares e origem e montante dos rendimentos líquidos mensais.

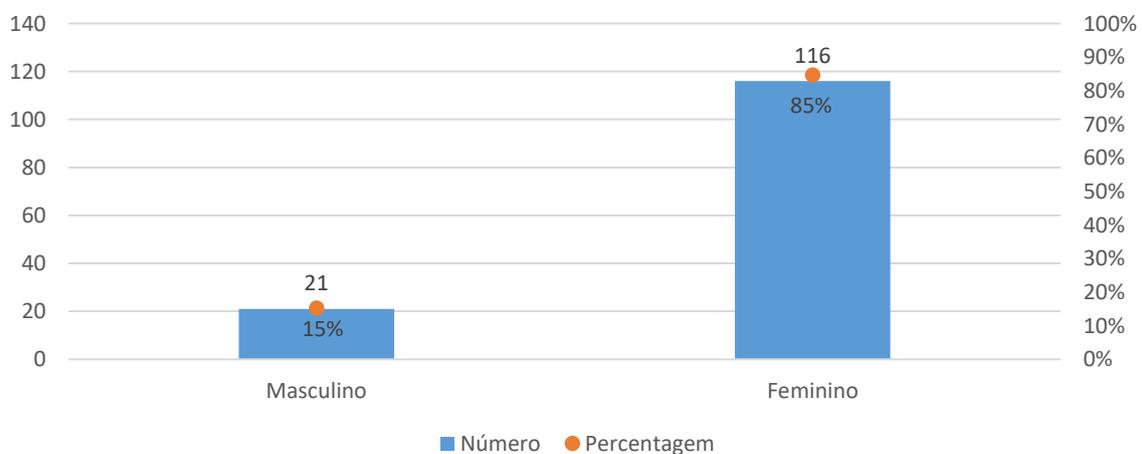
A maioria dos beneficiários localiza-se no concelho da Praia da Vitória (32%), seguindo-se o de Vila Franca do Campo (14%).

Gráfico 11 – Concelho de residência dos beneficiários



Dos 137 progenitores que responderam ao questionário, 116 (85%) são do sexo feminino e 21 (15%) do sexo masculino.

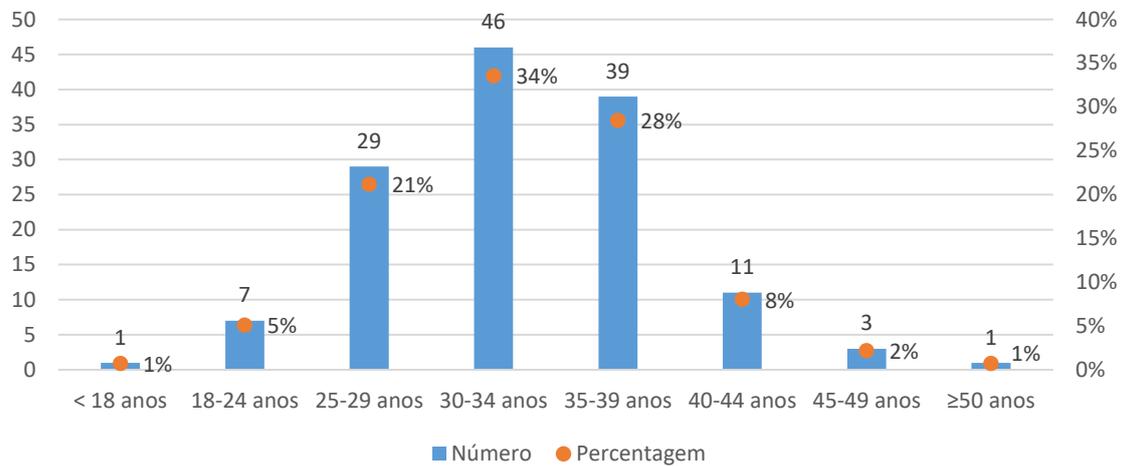
Gráfico 12 – Progenitores por sexo⁶



⁶ Refere-se ao progenitor que respondeu ao questionário.

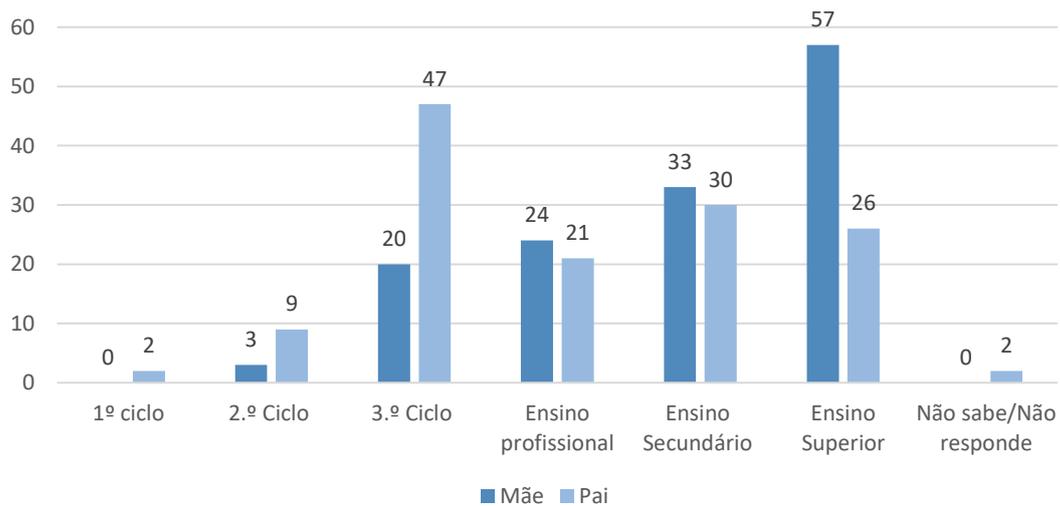
A maioria dos progenitores situa-se nos escalões etários 30-39 anos (62%), situando-se o valor modal nos 30-34 anos (34%). Observa-se, no entanto, que 11% têm idades superiores a 40 anos.

Gráfico 13 – Progenitores, por idade⁷



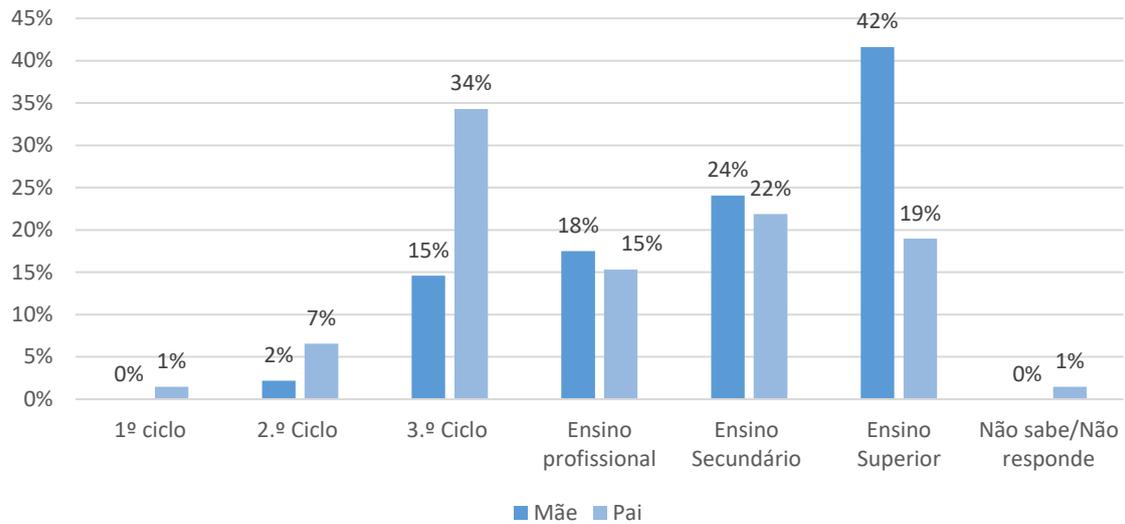
Constata-se uma diferença significativa no nível de escolaridade dos progenitores. Das 137 mães, 57 (42%) possuem o ensino superior, enquanto dos 137 pais apenas 26 (19%) atingiram aquele nível de ensino. São também os progenitores homens que têm a escolaridade mais baixa, nomeadamente no que se refere aos 2º e 3º ciclos.

Gráfico 14 – Nível de escolaridade dos progenitores dos beneficiários



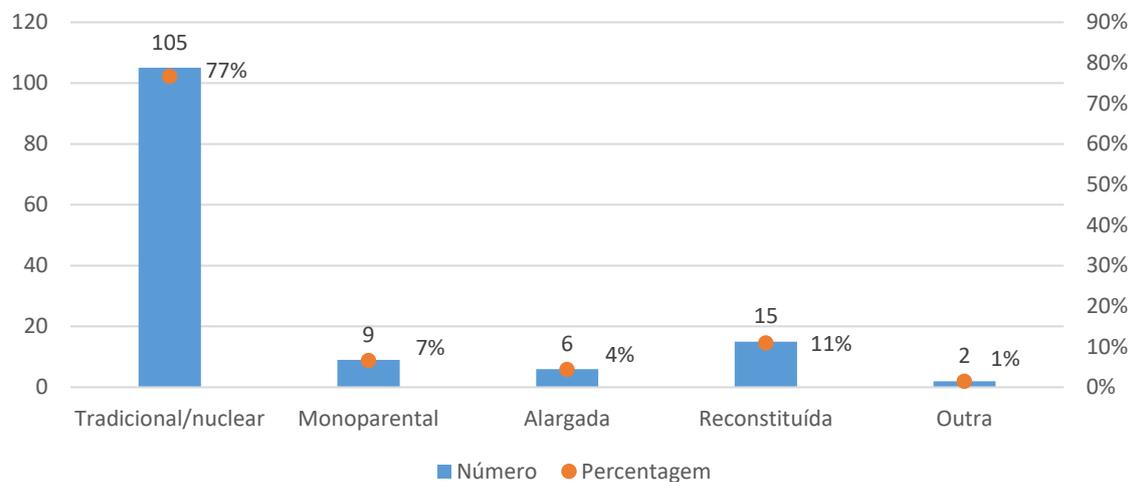
⁷ Refere-se ao progenitor que respondeu ao questionário.

Gráfico 15 – Nível de escolaridade dos progenitores dos beneficiários (%)



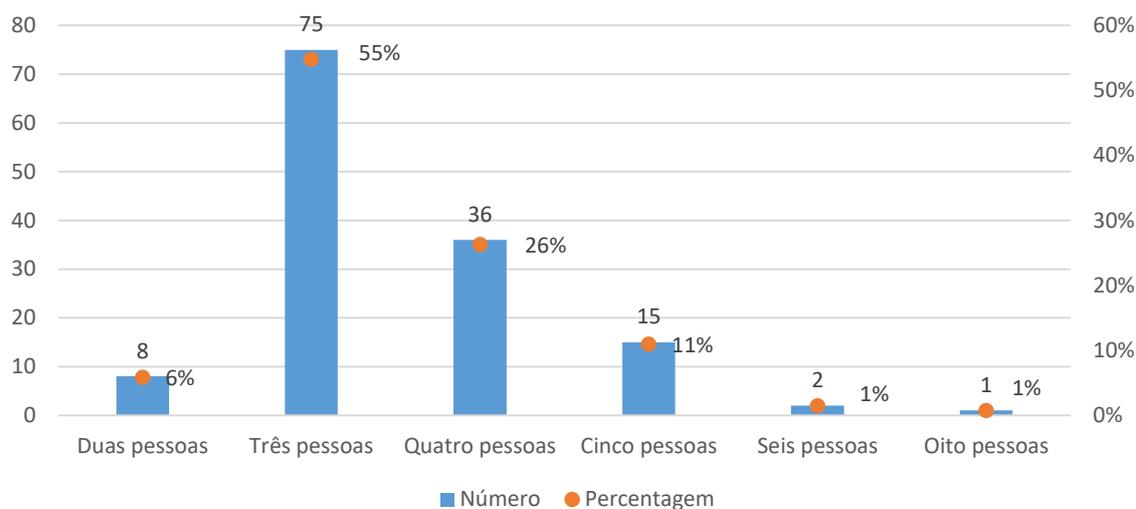
Verifica-se que a maioria dos agregados familiares são constituídos por famílias nucleares (pais e filhos), sendo que 11% pertencem à categoria de família reconstituída (família formada por um casal adulto na qual, pelo menos, um dos membros tem um filho de uma relação anterior).

Gráfico 16 – Agregados familiares por tipologia



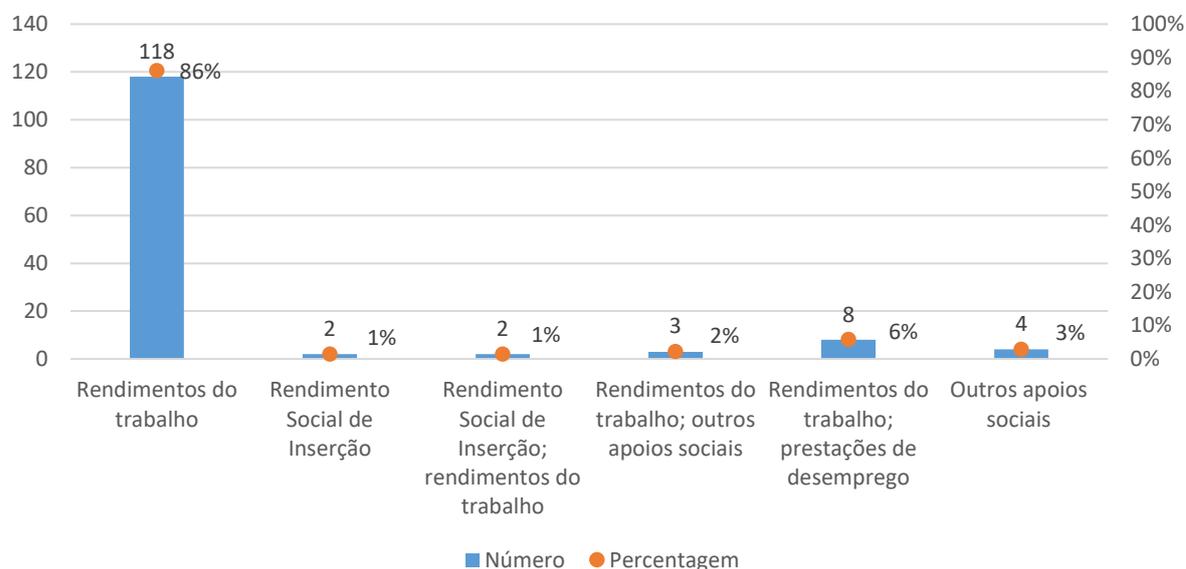
Constata-se que 55% dos agregados familiares são compostos por três pessoas, seguindo-se os que são formados por quatro elementos (26%). Apenas 13% são constituídos por cinco ou mais membros.

Gráfico 17 – Agregados familiares por dimensão



No que se refere à origem dos rendimentos, observa-se que o trabalho constitui a principal fonte de rendimentos dos progenitores das crianças beneficiárias do Programa (86%). Oito inquiridos referem ter rendimentos do trabalho e prestações de desemprego e apenas dois são beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Gráfico 18 – Origem dos rendimentos dos progenitores⁸



São mais as mães a auferirem rendimentos líquidos mensais inferiores a 798,0€ (23%) contra 20% dos pais, sendo também a maior percentagem daquelas que não possuem rendimentos (9% contra 2% dos pais). Nos escalões de rendimentos superiores a 1 000,0€ não se observam

⁸ Refere-se aos dois progenitores.

diferenças muito significativas entre homens e mulheres, embora estas, tendencialmente, apresentem rendimentos inferiores aos homens, sobretudo nos rendimentos superiores a 1 300€, apesar de uma maior escolarização daquelas.

Gráfico 19 – Montante do rendimento mensal líquido dos progenitores

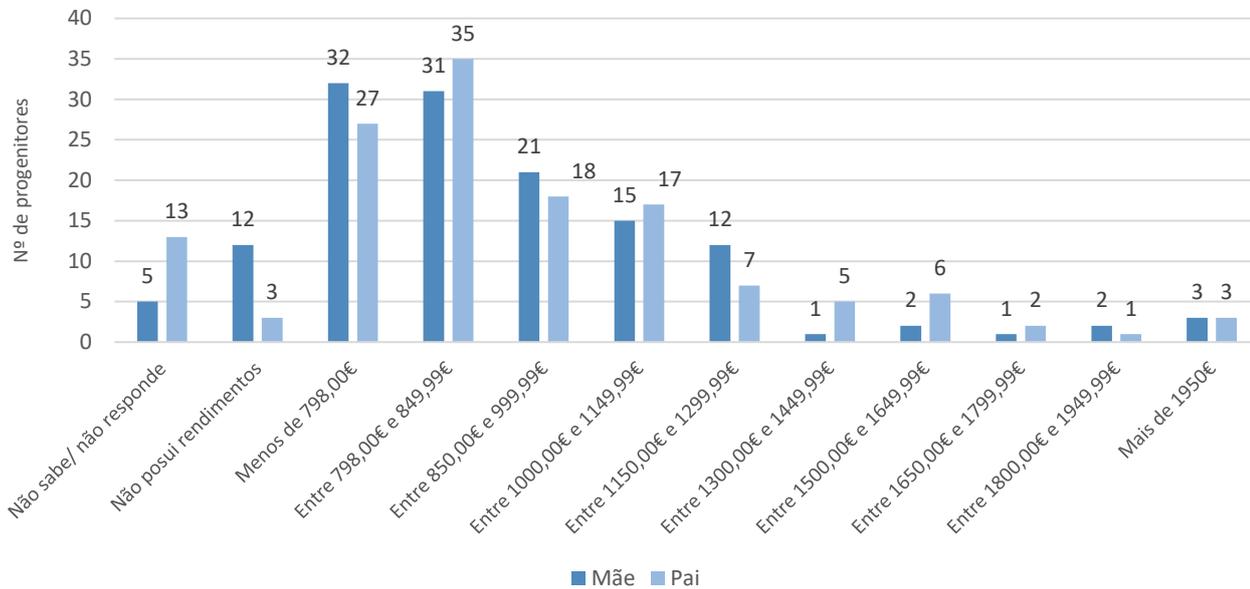
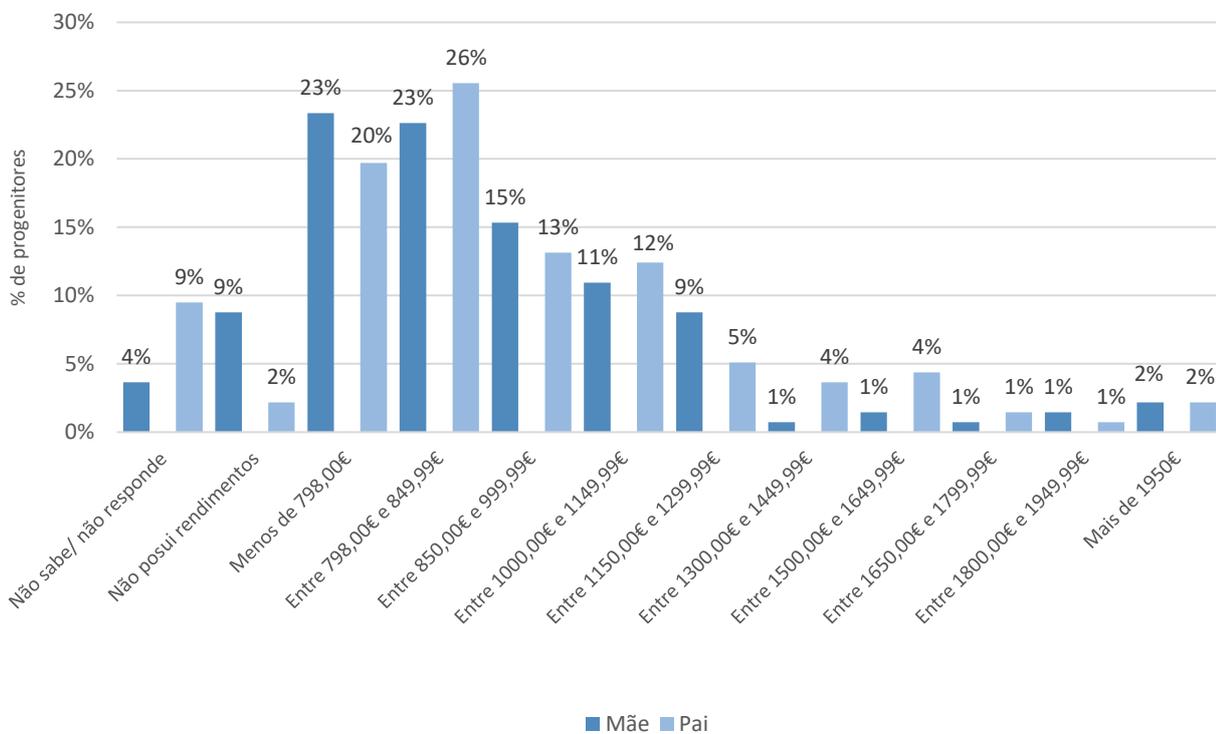


Gráfico 20 – Montante do rendimentos mensal líquido dos progenitores (%)

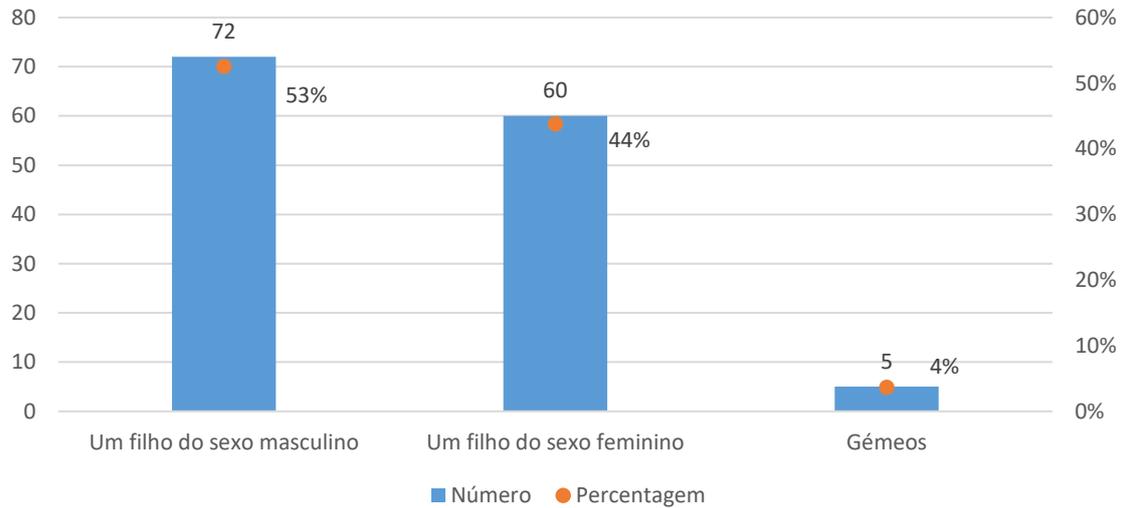


5.

Caracterização das crianças beneficiárias

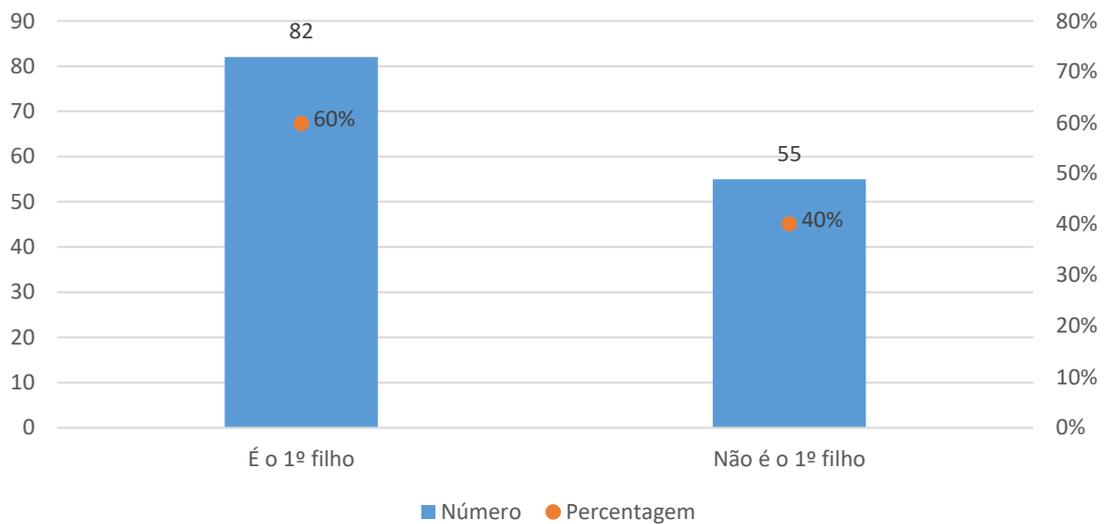
Através do questionário procurou-se também obter alguns dados relativamente às crianças abrangidas pelo *Programa*, verificando-se que 72 (53%) são do sexo masculino e 60 (44%) do sexo feminino. Cinco situações correspondem a filhos gémeos.

Gráfico 21 – Tipologia dos nascimentos



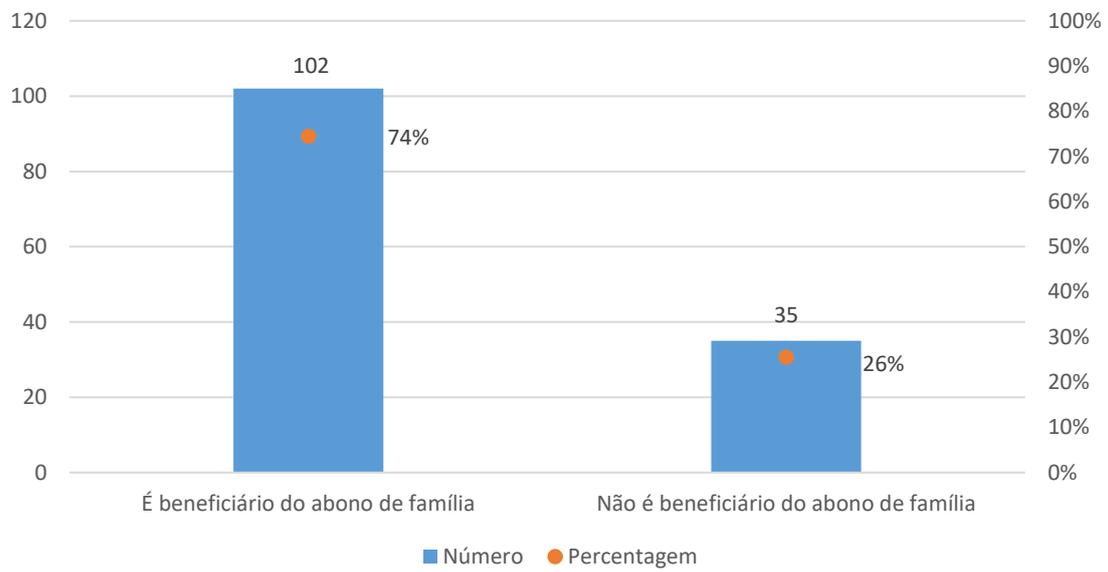
Para os 137 beneficiários do Programa *Nascer Mais* que responderam ao questionário, 60% referem ser o seu primeiro filho.

Gráfico 22 – Ordem de nascimento



Verifica-se que a grande maioria das crianças das crianças (74%) beneficiam do abono de família.

Gráfico 23 – Situação relativamente à condição de beneficiário de abono de família

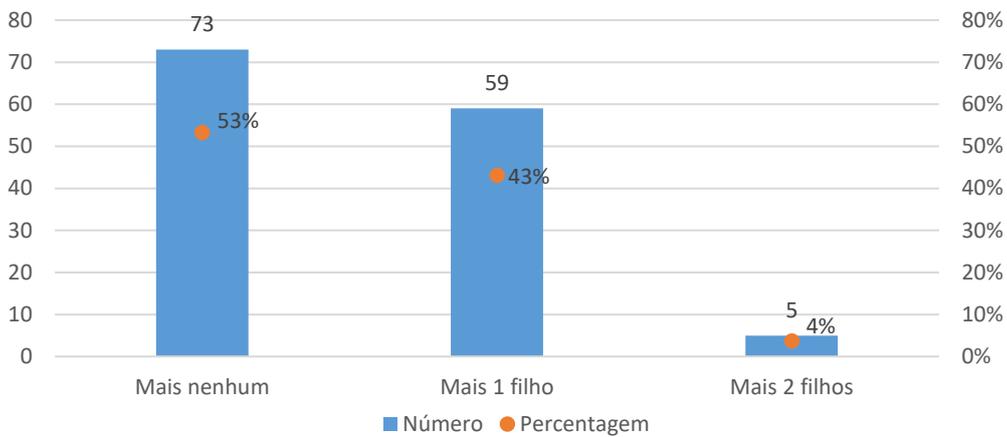


6.

Planeamento Familiar (perspetivas)

Outro objeto que se considerou pertinente ser alvo de análise, refere-se às perspetivas de planeamento familiar dos inquiridos. Neste sentido, procurou-se conhecer não apenas o número de filhos que estes pais já têm, mas também perceber a sua perspetiva sobre o número de filhos que planeiam ter, bem como uma estimativa do número de filhos que desejariam ter. Desta análise, ressalta-se que 53% dos entrevistados não pretendem ter mais filhos e 43% planeiam ter mais um. Apenas cinco inquiridos pensam ter mais dois filhos.

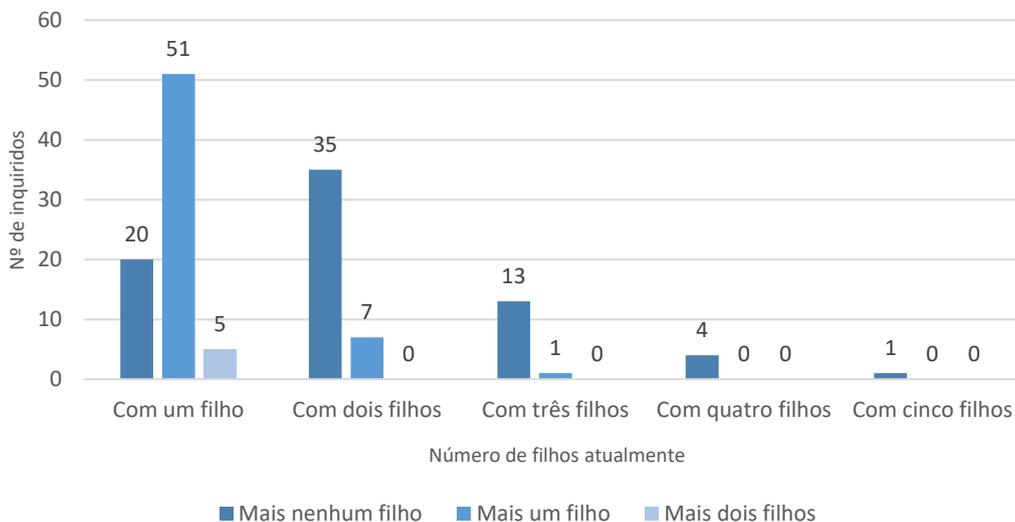
Gráfico 24 – Número de inquiridos, por número de filhos que planeia vir a ter (fecundidade final esperada)



37

Contudo, se fizermos uma análise mais aprofundada, verificamos que, dos 76 progenitores com um filho, 20 não pretendem ter mais nenhum; 51 mais um e, apenas cinco, pretendem ter mais dois, ou seja, três filhos na totalidade. Dos que têm já dois filhos, apenas sete dizem que planeiam ter mais um. Somente se regista um caso que, tendo três filhos, pretende ter outro.

Gráfico 25 – Número de filhos que planeia vir a ter, por número de filhos que tem atualmente

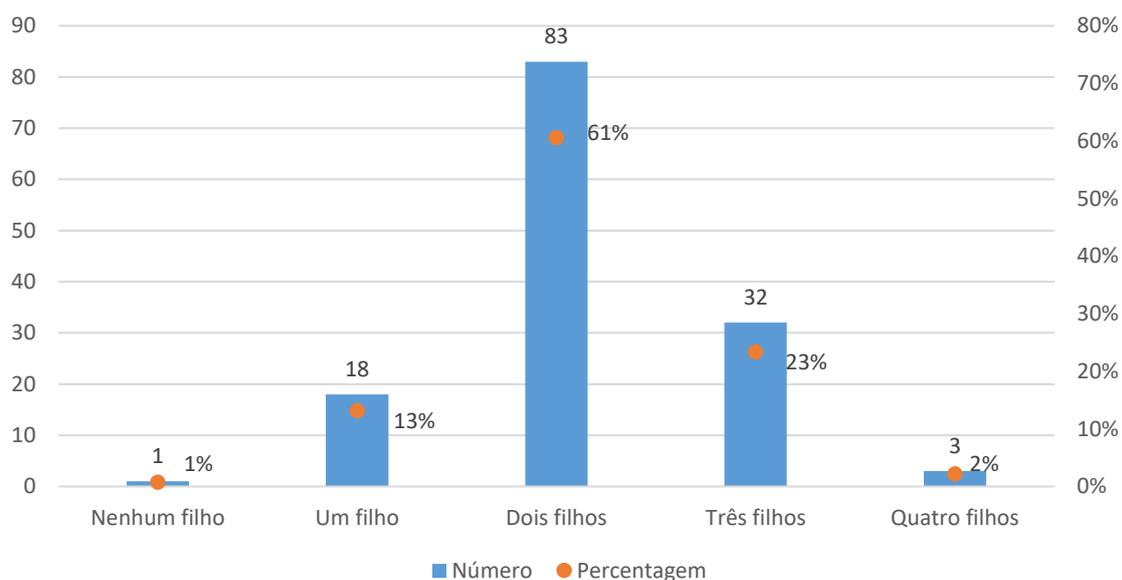


Questionados sobre o número de filhos que planeavam ter quando pensaram em constituir família, verifica-se que 23% dos inquiridos gostariam de ter três filhos, situação diferente do número de filhos que pretendem ter efetivamente.

Tal facto vem corroborar o já referido atrás onde se demonstrava que há uma diferença significativa entre o número de filhos tidos e os *desejados*. A diferença entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada, decorre de vários fatores, nomeadamente dos que se relacionam com questões de natureza pessoal, profissional e financeira.

Como veremos à frente, os aspetos relacionados com os rendimentos familiares, com o trabalho e emprego, a existência de uma rede adequada de serviços para a primeira infância ou as dificuldades em conciliar a vida familiar com a vida profissional são os fatores que explicam essa diferença entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada.

Gráfico 26 – Número de filhos que desejaria ter quando pensou em constituir família (fecundidade desejada)



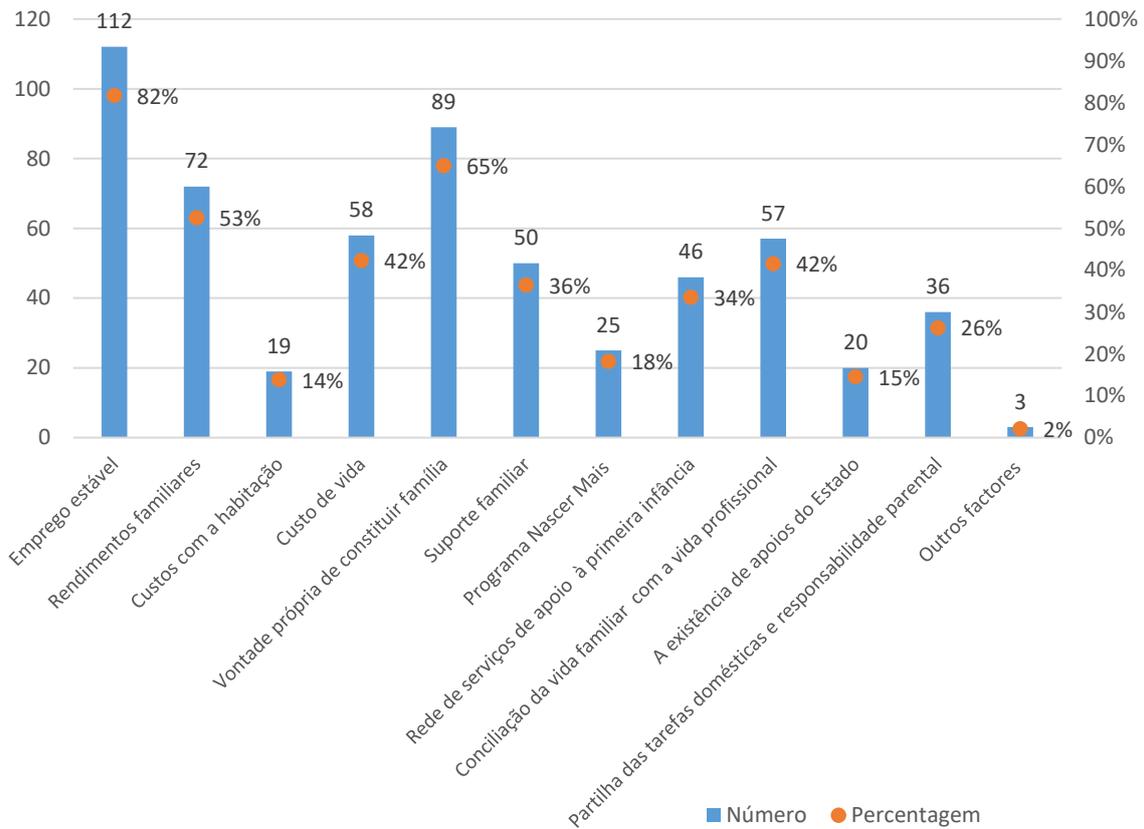
7.

O Programa *Nascer Mais* e a Natalidade

Considerando que os beneficiários do Programa *Nascer Mais* decidiram ter um filho ainda antes da vigência deste, uma vez que o mesmo teve efeitos retroativos para crianças já nascidas, não é possível avaliar se a existência do apoio monetário proporcionado pelo *Programa*, contribuiu ou não, para a decisão *destes* de terem filhos.

Assim sendo, procurou-se averiguar a opinião subjetiva sobre quais os fatores que, na opinião dos entrevistados, contribuem para a decisão *genérica* de ter filhos.

Gráfico 27 – Fatores que, na opinião dos entrevistados, mais contribuem para a decisão de ter filhos

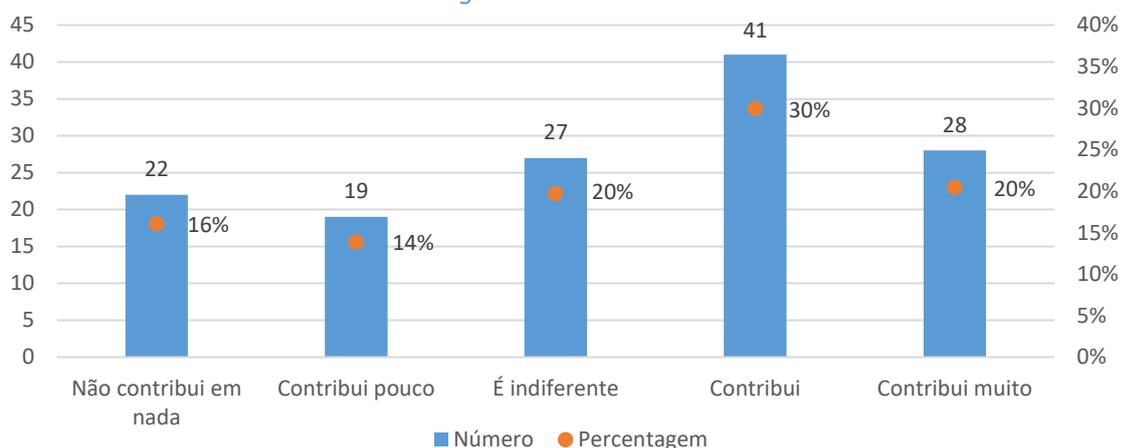


De um conjunto de fatores, verifica-se que os entrevistados atribuem como fatores mais importantes na decisão de ter filhos o *emprego estável* (82%) e a *vontade própria de ter filhos* (65%). Os *rendimentos familiares* (53%), o *custo de vida* (42%) e a *conciliação da vida familiar com a vida profissional* (42%) apresentam-se de seguida.

É de salientar que 18% dos entrevistados apontam o Programa *Nascer Mais* como eventual fator que pode influenciar a decisão de ter filhos. Para estes, a existência de uma *rede de serviços de apoio à primeira infância* (34%) é mais importante do que os *apoios monetários do Estado* (15%).

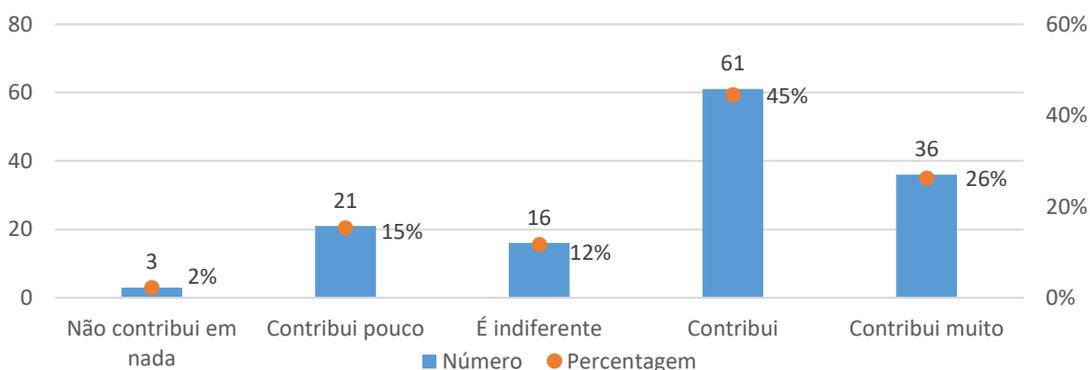
Contudo, quando questionados sobre o contributo do Programa para a “sua” eventual decisão de ter mais filhos, verifica-se uma divisão dos entrevistados em duas atitudes: 50% consideram que “contribui” ou “contribui muito” e outros 50% opinam que “não contribui em nada”; “contribui pouco” ou é “indiferente”.

Gráfico 28 – Grau de contribuição do Programa Nascer Mais na decisão de ter mais filhos, segundo os entrevistados



À pergunta específica se consideram que o Programa contribui para o aumento da natalidade é bastante maior a proporção daqueles que consideram que contribui (45%) ou contribui muito (26%).

Gráfico 29 - Grau de contribuição do Programa Nascer Mais para o aumento da natalidade, segundo os entrevistados



Sobre estas duas questões importa referir o seguinte: sabendo os entrevistados que o objetivo do Programa visa exatamente incentivar a natalidade nos concelhos abrangidos e, sendo estes beneficiários do mesmo, poderão dar uma resposta que procure “agradar”.

Sabemos que, em algumas circunstâncias, as pessoas podem sentir uma tendência para fornecer respostas que agradem quem está fazendo as perguntas ou, sobretudo, a quem concede um benefício específico, como é o caso em apreço.

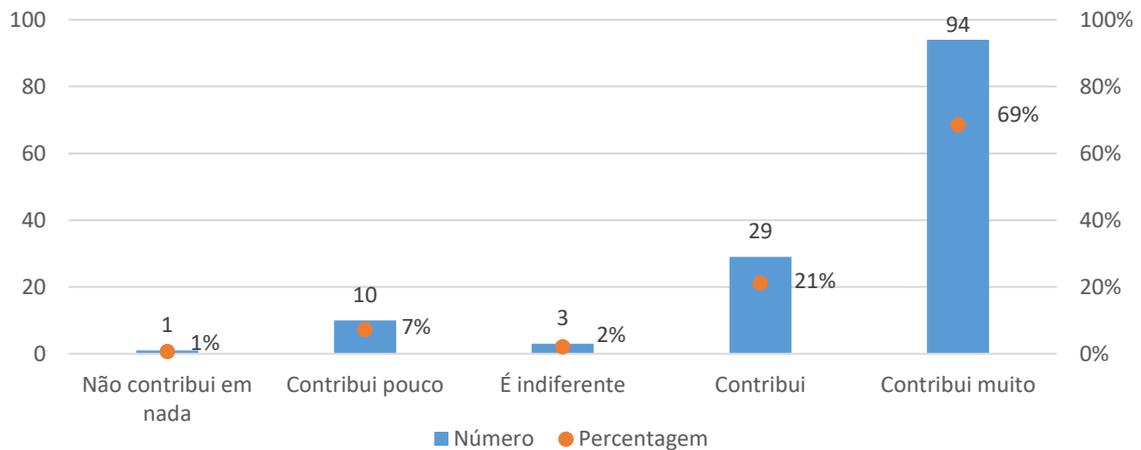
8.

Impacto
financeiro do
Programa
Nascer Mais nas
famílias

Sendo o Programa *Nascer Mais* um apoio às famílias, ainda que através da concessão de bens específicos, considerou-se importante conhecer qual o impacto financeiro que o mesmo teve naquelas que dele beneficiam ou beneficiaram, avaliando quão foi significativo e em que medida permitiu o acesso a bens considerados essenciais e que, eventualmente, eram dificilmente acessíveis para algumas crianças no seu primeiro ano de vida.

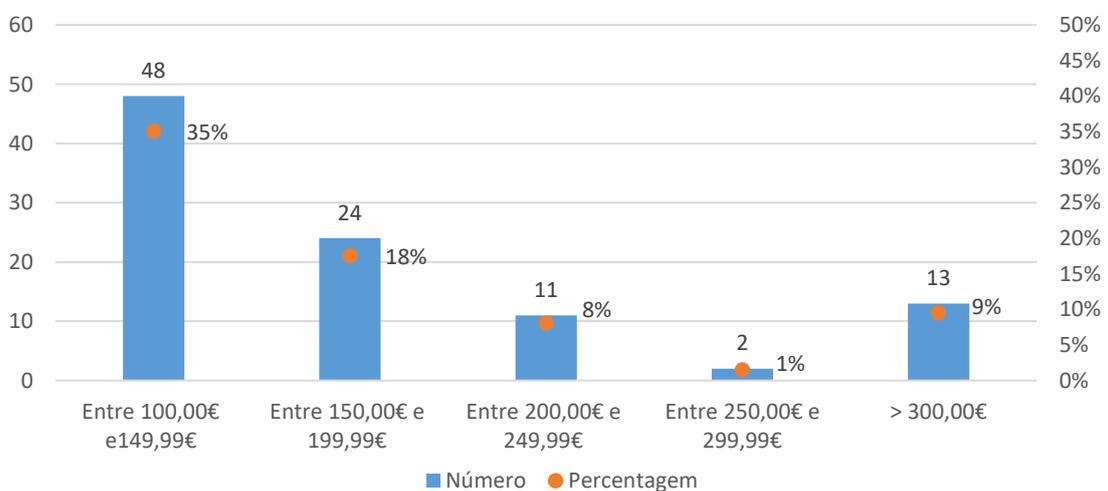
Como se pode verificar através dos dados constantes no gráfico abaixo, 90% dos inquiridos consideram que esta Medida “contribui” ou “contribui muito” para a redução dos encargos financeiros do agregado familiar no primeiro ano de vida criança.

Gráfico 30 – Contributo do Programa *Nascer Mais* para a redução dos encargos financeiros do agregado familiar



Efetivamente, 35% dos entrevistados considera que obtêm uma poupança mensal entre 100,0€ e 149,99€ e 18% entre 150,0€ e 199,99€. Cerca de 10% dos pais consideram mesmo que obtêm uma poupança mensal superior a 250,0€.

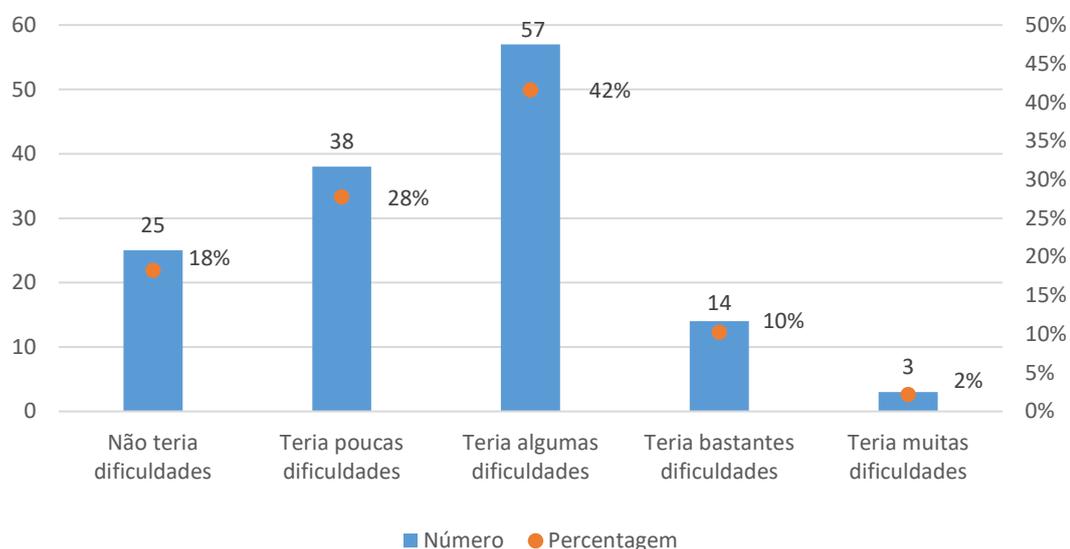
Gráfico 31 – Poupança média mensal do agregado familiar decorrente do Programa *Nascer Mais*



Através do questionário procurou-se também saber o grau de dificuldade que os pais teriam em adquirir um conjunto de produtos básicos de apoio ao primeiro ano de vida da criança, na inexistência do *Programa*.

No que se refere aos de produtos de higiene, tratamento e cuidados, verifica-se 42% “teria algumas dificuldades”, sendo que 12% teria “bastantes” ou “muitas dificuldades”. Todavia, é de salientar que 46% dos inquiridos “não teria dificuldades” ou “teria poucas dificuldades” em adquirir esses produtos.

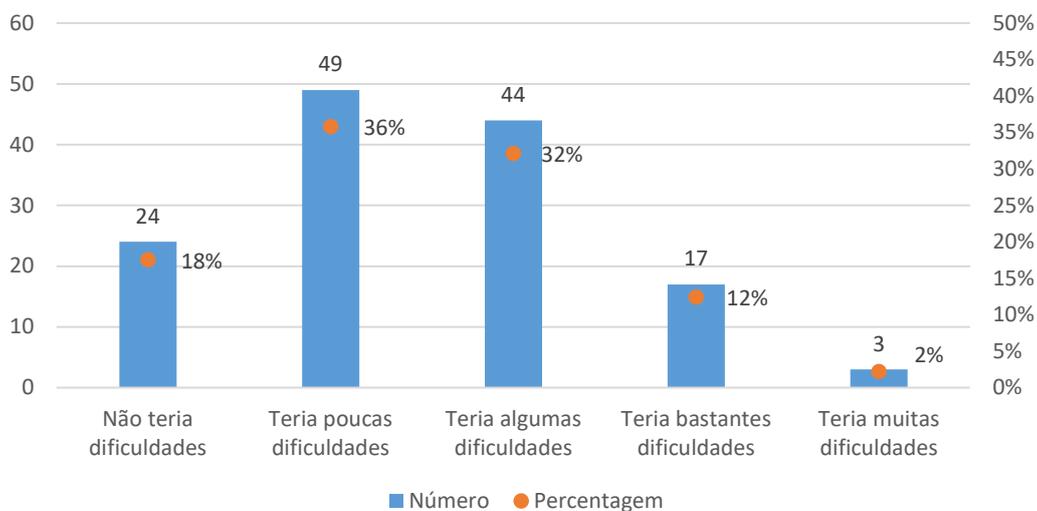
Gráfico 32 – Grau de dificuldade na aquisição de produtos de higiene, tratamento e cuidados para a criança⁹



Quanto à dificuldade na aquisição de acessórios para a criança, a percentagem de inquiridos que teria “bastantes dificuldades” ou “muitas dificuldades” é ligeiramente superior (14%) aos que teriam mais dificuldades na aquisição de produtos de higiene, tratamento e cuidados.

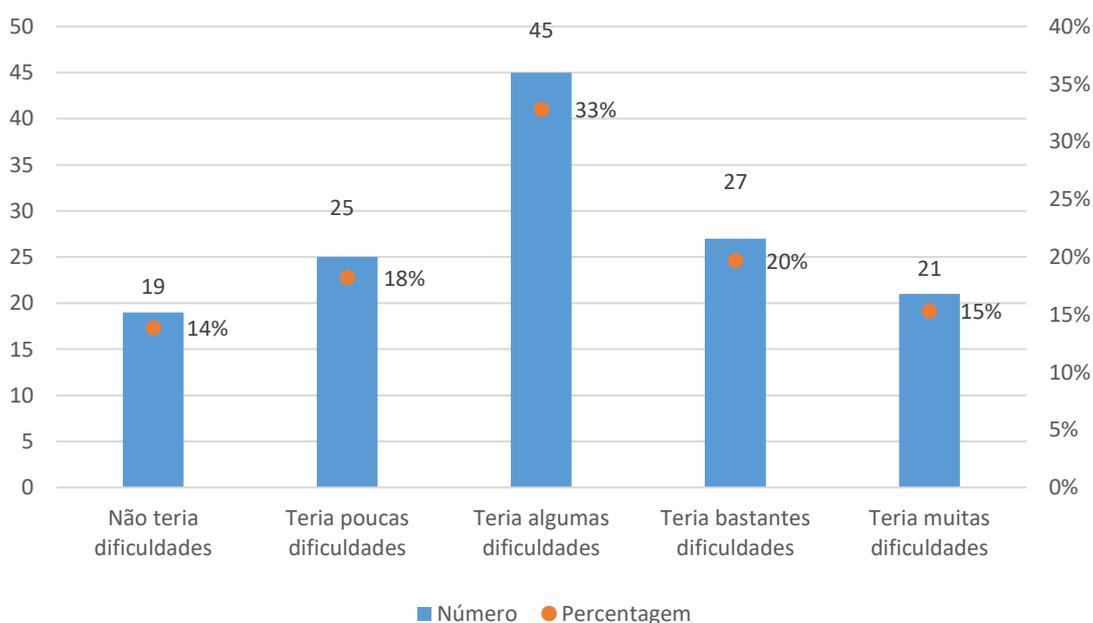
⁹ Fraldas, toalhetes, cremes, pomadas, etc.

Gráfico 33 - Grau de dificuldade na aquisição de acessórios para a criança¹⁰



Bastante superior são os que referem que teriam “bastantes dificuldades” (20%) ou “muitas dificuldades” (15%) na aquisição de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação. Se tivermos em conta todos os que indicam “algumas”; “bastantes” ou “muitas dificuldades” na aquisição deste produto, estamos perante 68% dos entrevistados.

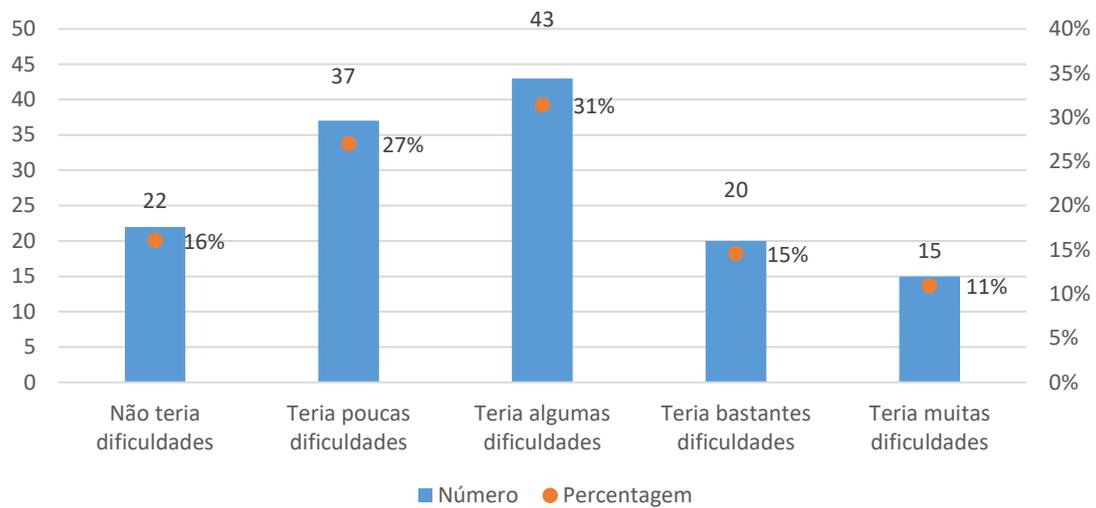
Gráfico 34 – Grau de dificuldade na aquisição de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação



¹⁰ Biberão, chupetas, termómetro, etc.

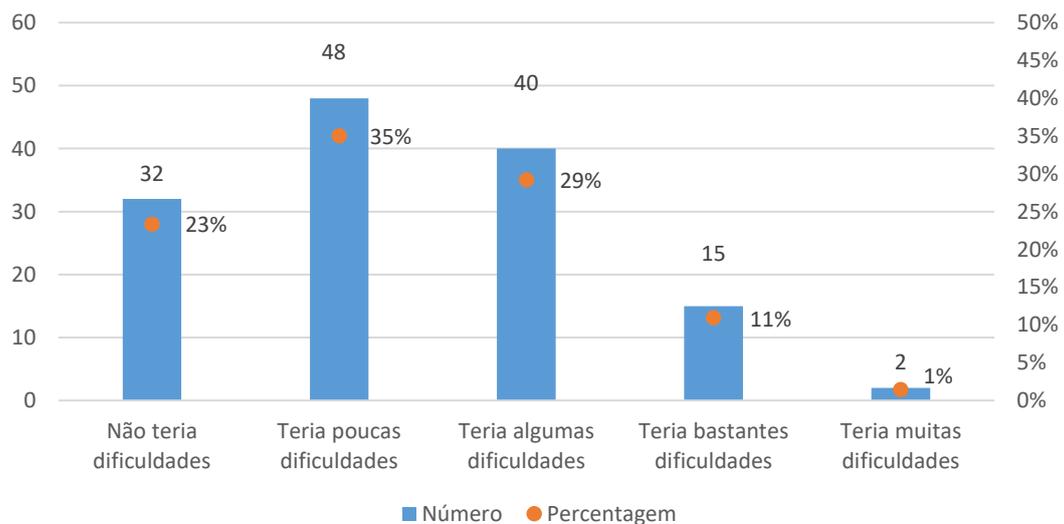
No que se refere à aquisição de produtos lácteos para lactantes ou similares, observa-se que apenas 26% teriam “bastantes” ou “muitas dificuldades”, ainda assim, 31% referem terem “algumas dificuldades”.

Gráfico 35 - Grau de dificuldade na aquisição de produtos lácteos para lactantes ou similares¹¹



É na aquisição de medicamentos que os progenitores revelam menos dificuldade, uma vez que 58% referem que “não teria dificuldades” ou “teria poucas dificuldades”. Apenas 12% consideram que “teria bastantes dificuldades” ou “muitas dificuldades.”

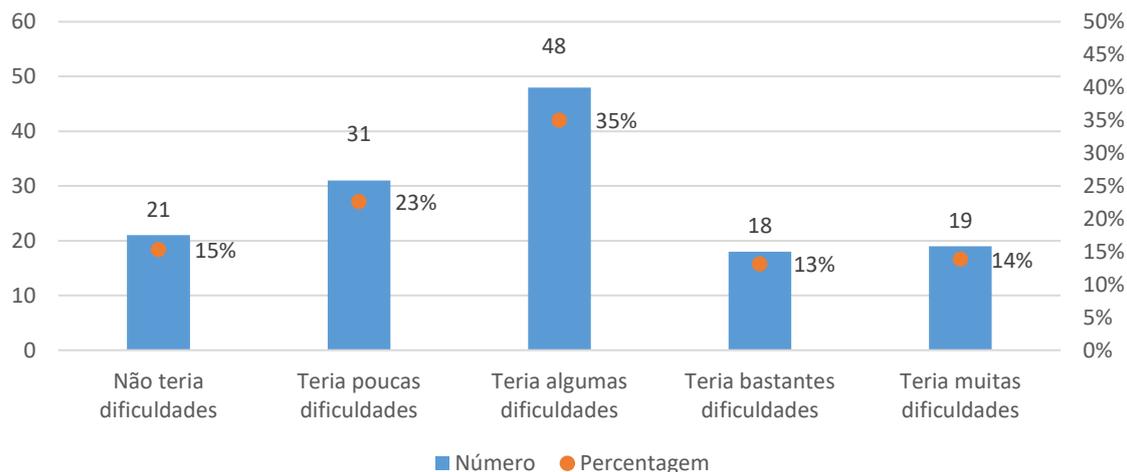
Gráfico 36 - Grau de dificuldade na aquisição de medicamentos



¹¹ Leite adaptado, papas, etc.

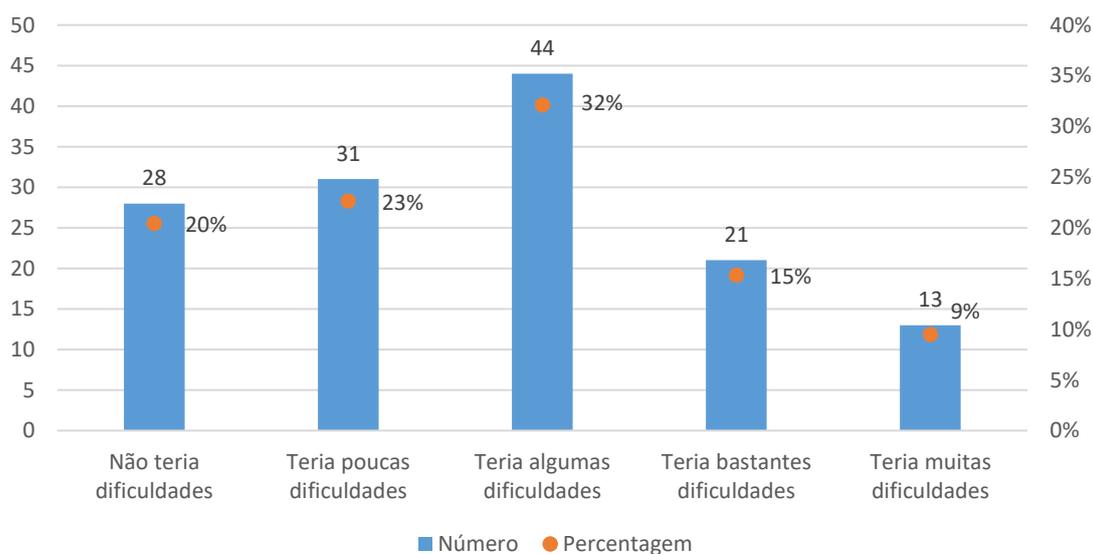
Comparativamente com a aquisição de medicamentos, os inquiridos apontam mais dificuldades na aquisição de aparelhos para tratamento ou cuidados da criança, uma vez que 27% dos mesmos referem que, sem o *Programa*, “teriam bastantes” ou “muitas dificuldades” na aquisição desses aparelhos.

Gráfico 37 – Grau de dificuldade na aquisição de aparelhos para tratamento criança



No que se refere à compra de brinquedos, cerca de 56% referem que teriam “algumas”; “bastantes” ou “muitas dificuldades”.

Gráfico 38 - Grau de dificuldade na aquisição de brinquedos

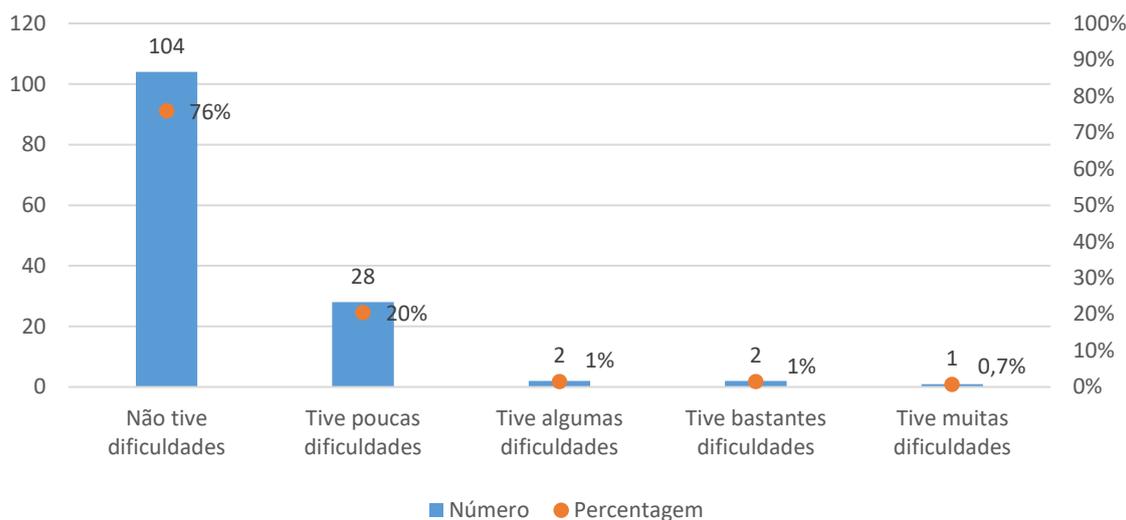


9.

Processo de candidatura

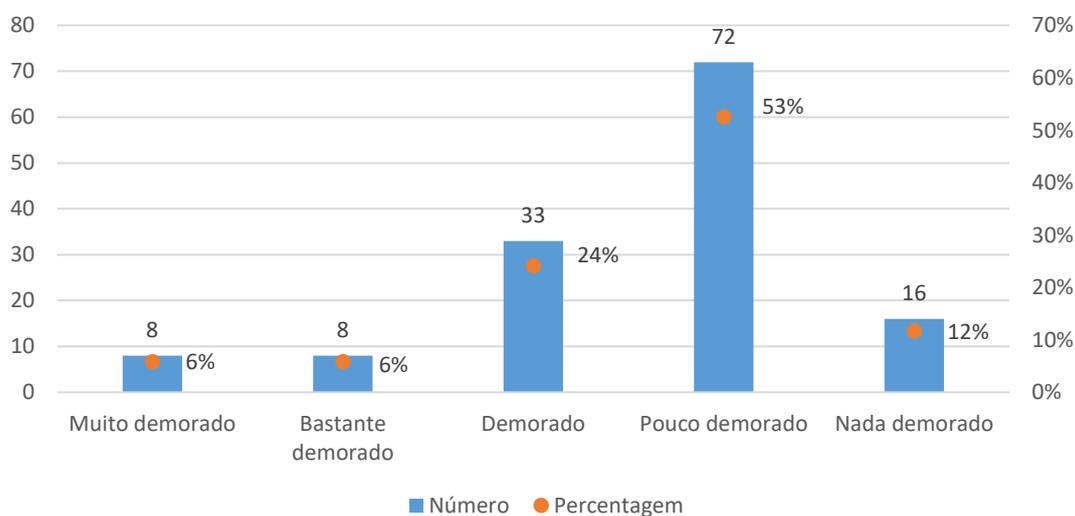
No processo de avaliação procurou-se saber até que ponto os candidatos teriam tido dificuldade no processo de candidatura ao *Programa*, tendo-se constatado que, dos 137, apenas cinco indicaram ter tido “algumas”; “bastantes” ou “muitas dificuldades”, as quais se relacionam com a anexação de documentos, morada, tempo de espera de alguns documentos necessários e o período de resposta entre a candidatura e o respetivo deferimento.

Gráfico 39 – Grau de dificuldade sentido no processo de candidatura ao Programa Nascer Mais



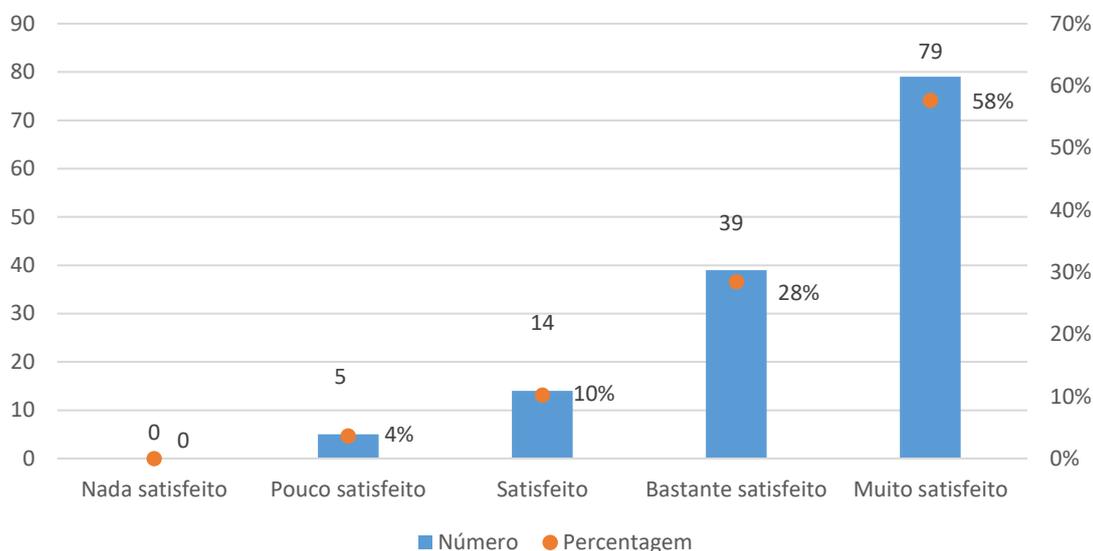
Situação diferente refere-se ao tempo que medeia entre a candidatura e o deferimento do pedido, em que 36% dos inquiridos consideram esse processo “muito demorado”; “bastante demorado” ou “demorado”.

Gráfico 40 – Opinião relativamente ao período de tempo entre a entrada da candidatura e o deferimento



No que concerne a avaliação global do *Programa*, apenas cinco inquiridos assinalam que estão “pouco satisfeitos”, sendo o grau de satisfação global de 96%.

Gráfico 41 - Grau de satisfação global relativamente ao Programa Nascer Mais



Os que se sentem “pouco satisfeitos” apontam as seguintes razões, as quais citamos:

“Acho que existe pouca transparência por parte das farmácias quanto aos produtos que temos acesso. Devido aos tempos difíceis, por vezes tentamos escolher os produtos que compensam mais em quantidade, mas por vezes, é nos dito que esses não estão incluídos no programa, mas indo a outras farmácias esse produto já passa”;

“Dá a sensação de que os produtos que estão incluídos nunca são os que compensam o utente, mas sim a própria farmácia ou marca”;

“Caso exista mesmo uma lista (dos produtos), essa devia ser divulgada de forma a criar transparência”;

“O apoio de 1 500€ que devia dar para ajudas durante 1 ano acaba passado uns meses pois temos sempre de optar por produtos mais caros e com menos quantidade”;

“Também devia ser possível consultar o saldo restante que temos disponível”;

“Devia haver mais produtos abrangidos pelo programa”;

“Poderia incluir outros medicamentos”.

10.

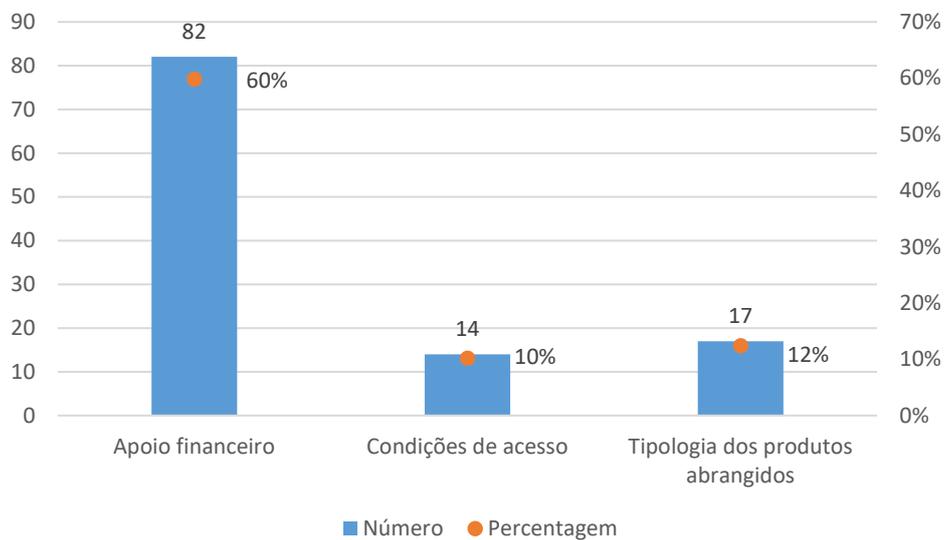
Aspetos
positivos e
negativos do
Programa

Através do questionário aplicado, procurou-se saber quais os aspetos que os beneficiários do *Programa* consideravam como sendo os mais positivos e negativos do mesmo, permitindo-nos avaliar de que modo este está concebido, no sentido de ir ao encontro da melhoria da qualidade de vida e do aumento do bem-estar geral da população que dele beneficia.

É importante salientar que os aspetos positivos de uma medida podem ser percebidos de forma diferente por diferentes pessoas uma vez que cada um tem a sua perspetiva e interesses específicos. Além disso, uma medida pode ter aspetos positivos e negativos ao mesmo tempo, pelo que considerámos necessário realizar uma análise mais completa, solicitando aos pais que exprimissem, através de respostas “abertas”, a sua perceção sobre os aspetos positivos e negativos da Medida. Assim sendo, e para que não houvesse qualquer dúvida, sobre as respostas apresentadas, achou-se conveniente transcrever na íntegra as respostas, permitindo, assim, obter uma avaliação mais rigorosa sobre a avaliação do *Programa* por parte dos respetivos beneficiários.

A partir das respostas “abertas”, agrupou-se os aspetos positivos em três grandes categorias: apoio financeiro, condições de acesso e tipologia dos produtos incluídos.

Gráfico 42 – Aspetos positivos do Programa por tipologia¹²



¹² Número de vezes em que a situação é referida.

Verifica-se que 60% dos beneficiários que responderam a esta questão, referem o apoio financeiro como principal aspeto positivo do Programa *Nascer Mais*; 10% apontam as condições de acesso ao mesmo e 12% referem-se à tipologia dos produtos incluídos.

Como é possível concluir a partir do quadro abaixo, o apoio financeiro de 1 500,0€ atribuído às famílias e o impacto que o mesmo tem no orçamento familiar, durante o primeiro ano de vida da criança, constitui o aspeto mais referido pelos inquiridos. É ainda salientado o facto de coincidir com um período de especiais dificuldades trazidas pela inflação e pela subida das taxas de juro.

Destacam a importância desse apoio na aquisição de produtos de higiene, tratamento e cuidados (fraldas, toalhetes, cremes, pomadas); aquisição de produtos lácteos ou similares e dão especial relevo à possibilidade de adquirirem as vacinas não contempladas no Plano Nacional de Vacinação. Sublinham ainda a possibilidade de adquirirem certos produtos ou bens com mais qualidade que, sem este apoio, não o poderiam fazer.

No que se refere às condições de acesso, destacam o facto de ser uma ajuda para todas as famílias independentemente dos rendimentos; ser atribuído sob a forma de um “plafond” para aquisição de produtos em farmácia e não ser entregue em dinheiro.

No que se refere à tipologia dos produtos incluídos, dão especial relevo às vacinas extra Plano de Vacinação; a possibilidade de aquisição de produtos de farmácia, os quais são, normalmente mais caros; melhores cuidados prestados às crianças no primeiro ano de vida e, sobretudo, a possibilidade de adquirirem produtos de qualidade, o que não seria possível sem a existência do *Programa*.

Quadro 6 – Aspetos positivos do Programa¹³

Descrição dos aspetos positivos	Frequência
Apoio financeiro	82
“É sem dúvida a ajuda económica que me deu como mãe, principalmente na compra do leite”.	1
“A mim ajuda muito na comprar do leite, porque cada lata são 28 euros e, para os dois, não dá para uma semana.”	1
“Ajuda bastante nas contas familiares”.	1
“Ajuda financeira é, sem duvida, o aspeto mais positivo”.	7
“Ajuda financeira no 1º ano de vida”.	1
“Ajuda muito as famílias, em especial as famílias mais jovens que estão a "começar" a sua vida e se deparam com um custo de vida muito alto e ordenados que não fazem frente a esse custo de vida”.	1
“Ajuda muito na compra do leite para bebés que não aceitam leite materno, pois esse tem vindo a aumentar de dia para dia”.	1
“Ajuda muito no orçamento familiar mensal”.	3
“Ajuda muito no primeiro ano de vida da bebé, como fraldas, leite, vacinas, etc.”	1
“Ajuda muito os pais com dificuldade”.	1
“Ajuda muito para aquelas mães que dão leite da farmácia e quando é preciso algo por doença”	1
“Ajuda na gestão financeira familiar”.	1
“Ajuda-nos muito a nível financeiro e adquirir bens com mais qualidade que, provavelmente, não poderia comprar por ser um pouco mais caro”.	1
“Ajudar as famílias com os encargos”.	1
“Ajudou muito durante este ano, mesmo”.	1
“É uma grande ajuda no primeiro ano de vida dos nossos filhos”.	1
“É uma grande ajuda a nível financeiro. Nos primeiros meses gasta-se tanto dinheiro porque ora o bebé não gosta da chucha, ora o bebé não se adapta ao leite”.	1
“ Menos subcarga financeira para as famílias pois o custo de vida aumentou, sobretudo as prestações da casa e torna-se muito difícil sustentar um filho”.	1
“É uma ajuda grande na parte do leite de fórmula”.	1
“É uma boa ajuda”.	1
“É uma enorme ajuda nas despesas com a criança no primeiro ano de vida. Estou muito satisfeito e agradecido com este apoio dado pelo Governo dos Açores”.	1
“É uma grande ajuda e menos uma preocupação nesta fase que é uma adaptação e mudança na vida de um casal”.	1
“É uma grande ajuda para a compra de quase tudo para garantir o bem estar e a saúde do bebé”.	1
“Ajuda a arcar com, principalmente, o leite da minha filha”.	1
“Foi sem dúvida uma grande ajuda financeira para o primeiro ano de vida da minha filha, desde produtos de higiene, produtos de higiene, leite, etc.”.	1
“Muito bom para quem passa dificuldades”.	1
“Foi e é uma grande ajuda”.	4
“Foi uma bela iniciativa do Governo, pois é uma grande ajuda no primeiro ano de vida. Todas as pessoas que são pais sabem que uma criança no seu primeiro ano de vida implica muitos gastos, por isso acho que foi, sem dúvida, um bom apoio para todos os pais que usufruem do Programa”.	1
“Ajuda aos rendimentos da família, só o que se poupa em fraldas, toalhetas e leite de fórmula, faz diferença no rendimento mensal”.	1

¹³ Número de vezes em que a situação é referida.

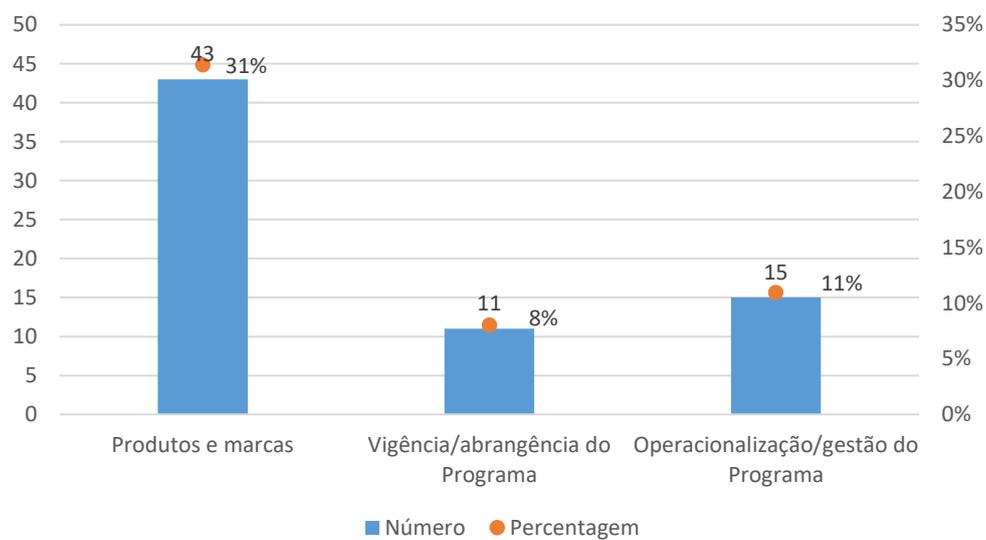
Descrição dos aspetos positivos	Frequência
“Grande ajuda na aquisição dos produtos necessários”.	1
“Uma ajuda financeira muita boa principalmente num agregado familiar com mais de dois filhos”.	1
“Ajuda muito boa para os pais, uma vez que se gasta muito com uma criança”.	1
“Uma grande ajuda no planeamento financeiro”.	1
“É uma ajuda muito bem-vinda nesta fase que se tem tantos gastos com o bebé, eu só tenho a agradecer”.	1
“Ajuda financeira que dão aos pais neste primeiro ano de vida em que se gasta muito”.	1
“Ajuda muito na compra dos artigos para o bebé”.	1
“O apoio financeiro no primeiro ano de vida do bebé nas marcas que são abrangidas pelo Programa”.	1
“Uma ajuda muito, muito grande no primeiro ano de vida do bebé, quer em saúde, quer em alimentação”.	1
“Uma grande ajuda nos meses iniciais em que os pais têm mais gastos”.	1
“A ajuda económica que me deu como mãe, principalmente na compra do leite”.	1
“Dá uma grande ajuda na questão de necessidades básicas”.	1
“Redução de encargos”.	1
“Acho que é muito importante o apoio dado, ainda para mais, face às dificuldades que defrontamos de momento”.	1
“Ajuda imenso quando somos apanhados desprevenidos por uma doença e, como levamos receita médica, não pagamos a medicação”.	1
“É uma excelente iniciativa ao apoio das necessidades básicas da criança e poupança monetária muito satisfatória”.	1
“Ajuda às famílias a aquisição de produtos necessários para o bebé”.	1
“Dá imenso jeito porque o custo de vida está muito alto e assim sabemos que, pelo menos, durante o primeiro ano de vida poderemos dar tudo aos nossos filhos”.	1
“É uma grande ajuda financeira para os pais poderem dar todas as condições que o bebé necessita”.	1
“É uma mais valia e ajuda para todos os encargos que o bebé apresenta com a chegada á família”.	1
“Reduz consideravelmente os encargos financeiros da família”.	1
“ Ajudou muito na farmácia”.	1
“Ajuda-nos muito na compra dos bens essenciais”.	2
“É uma mais-valia para nós pais que temos tantos encargos; é uma grande ajuda”.	1
“Foi um grande apoio e ajudou bastante, sem dúvida alguma”.	1
“Foi uma ajuda. Menos 1500€ que gastamos”.	1
“Poupa-se muito no primeiro ano em farmácia; é, sem dúvida, uma ajuda muito boa”.	1
“ A poupança mensal no que toca a fraldas, leite, toalhitas, etc.”.	1
“Ajuda bastante nas despesas de saúde do bebé”.	1
“Ajuda as famílias com dificuldades”.	1
“É uma grande ajuda, pois a maioria das despesas que temos, durante o primeiro ano, são na farmácia”.	1
“Redução de custos no primeiro ano de vida”.	1
“É uma ótima ajuda para as famílias, especialmente, na altura em que estamos”.	1

Descrição dos aspetos positivos	Frequência
“Poupança no primeiro ano de vida”.	2
“Poupa-se dinheiro do ordenado”.	1
“É uma grande ajuda.”	2
“É uma grande ajuda na redução das nossas despesas, uma vez que não temos direitos a outros apoios do Estado (ex. abono). Gasta-se muito e são muito caros os produtos de bebé”.	1
“Tendo a conta a situação mundial e o aumento significativo do preço de certos produtos, esta ajuda é valiosa”.	1
“Apoio em bens essenciais no primeiro ano de vida do bebé”.	1
Condições de acesso	14
“Ser uma grande ajuda para todas as famílias”.	1
“Pela primeira vez são apoiadas todas as famílias ao invés de se castigar a classe media permanentemente em detrimento de quem não trabalha porque não quer”.	1
“Não restringir a compra à/às farmácias do concelho de residência”.	1
“É um alívio orçamental a todos os agregados familiares, independente do seu rendimento”.	1
“O facto de ser dado a todos os bebés, todos os agregados, não ser só aos que já recebem apoios e subsídios”.	1
“Facilita em algumas coisas, por exemplo, na vacinação”.	1
“Facilidade de acesso aos produtos em todas as farmácias”.	3
“ Os apoios serem através da farmácia”.	1
“Processo de candidatura fácil e relativamente rápido”.	1
“Ter acesso sempre que necessário sem preocupar se teria dinheiro ou não”.	1
Tipologia dos produtos abrangidos	17
“Há mais facilidade de comprar os produtos”.	1
“No início quando o bebé é muito pequeno é necessário muitas fraldas e muito leite e, as vacinas, nem se fala do valor delas. Sem o <i>Nascer Mais</i> eu e o meu companheiro não podíamos, por exemplo, dar todas as vacinas que não estão no plano de saúde e, muitas das vezes, tínhamos mesmo muita dificuldade para comprar fraldas, biberões ou fosse o que fosse. Ainda por mais, por exemplo, quando é para ir para a creche/colégio e tem que se comprar tudo para o bem estar da criança”.	1
“Dá uma grande ajuda nos produtos da farmácia que são muito caros e tem vindo a aumentar”.	1
“Poder adquirir produtos para o bem estar da criança”.	1
“Poder adquirir leite, vacinas e fraldas”.	1
“Na minha visão, ajuda imenso as famílias para comprar coisas que, se calhar, se não houvesse o <i>Nascer Mais</i> não conseguia obter”.	1
“Este apoio veio a contribuir muito para a aquisição de produtos, os quais, sem o <i>Nascer Mais</i> não teria possibilidade de aquisição”.	1
“Não faltar nada ao bebé, está a ser muito benéfico.”	1
“Melhores condições de acompanhamento nos primeiros meses de vida”.	1
“Todo o leque de produtos que o Programa abrange”.	1
“Aquisição variada”.	2
“Apoio para vacinas extra Plano”.	1
“Ajuda no orçamento familiar, possibilidade de adquirir coisas que são muito úteis ao dia-a-dia, mas que não seriam uma prioridade caso não existisse esse apoio; possibilidade de vacinar os nossos filhos com vacinas importantes e que não estão no plano”.	1
“Possibilidade de aquisição de produtos de elevada qualidade (higiene, alimentação e cuidados com o bebé) sem custos”.	1
“Ajudou-me muito, comprei coisas que eu nunca podia comprar à minha filha”.	1
“Um aspeto positivo é o apoio na aquisição do leite em pó. Tive que deixar de amamentar às cinco semanas do meu filho e tive que recorrer ao leite em pó, que é caro, e quando o meu filho era alimentado apenas a leite, uma lata não dava para uma semana”.	1

Como referimos acima, procurámos saber quais os aspetos que os beneficiários consideram como negativos da Medida, os quais foram agrupados em três grandes grupos: produtos e marcas; vigência/abrangência do *Programa* e operacionalização/gestão do mesmo.

Dos que responderam a esta questão, 31% apontam aspetos negativos relacionados com os produtos e marcas incluídas e 11% referem questões relacionadas com a vigência/abrangência do *Programa* e operacionalização/gestão do mesmo.

Gráfico 43 – Aspetos negativos do Programa, por tipologia¹⁴



Assim e tendo em conta o expresso pelos beneficiários, os aspetos mais negativos relacionam-se com a não inclusão de alguns produtos e marcas (de menor custo), nomeadamente fraldas de marcas mais baratas, soros, certos medicamentos, cremes para a pele atópica, etc. Salienta-se que várias mães referem o facto de não serem contemplados produtos para amamentação e conservação do leite materno.

No que se refere aos aspetos negativos relacionados com a vigência/abrangência do *Programa*, consideram que o mesmo deveria ser alargado por mais do que um ano e abranger toda a Região.

Relacionado com a operacionalização/gestão do *Programa*, destacam-se como aspetos mais relevados: o período que medeia entre a entrada do requerimento e o respetivo deferimento, considerado, por alguns, como demorado; a não existência de uma lista de produtos abrangidos que ficasse ao dispor dos beneficiários, e não estarem abrangidas as para-farmácias como locais de venda.

¹⁴ Número de vezes em que a situação é referida.

Quadro 7 – Aspectos negativos do Programa ¹⁵

Descrição dos aspectos	Frequência
Produtos e Marcas	44
“Muitos produtos não entram no Programa, como as fraldas, só das mais caras, faz pouco sentido”.	1
“Não incluí medicamentos e aparelhos de tratamento não compartilhados”.	1
“Artigos que são para utilização de bebê e que não são compartilhados”.	8
“Limitação de marcas de produtos”.	8
“Fraldas de valor mais elevado são compartilhadas e outras não”.	1
“Não incluiu produtos para a pele atópica”.	1
“A reduzida quantidade de produtos abrangidos”.	1
“Certos produtos/marcas não estão incluídos: fraldas <i>Dodot</i> , soro fisiológico, etc.”	1
“Deveria haver mais marcas compartilhadas”.	1
“Deveria incluir produtos para extração e armazenamento de leite materno”.	1
“Deveriam ter mais variedade do mesmo tipo de produto disponível. Por exemplo, comprar fraldas de outra marca e preço”.	1
“Tem muitos produtos que exige receita médica”.	1
“Os produtos mais caros deviam entrar para o Programa. No meu caso, o meu menino tem dermatite atópica e a maior parte dos produtos <i>Bioderm</i> para pele atópica não entram no Programa”.	1
“Não abrange todos os produtos estritamente necessários como é o caso de certos medicamentos”.	1
“Não poderemos escolher as fraldas, ou então colocarem mais fraldas disponíveis, pois há rutura de <i>stock</i> ”.	1
“Nem sempre temos acesso a todos os produtos ou marcas que estão no mercado”.	1
“O aspeto mais negativo que encontrei foi, como mãe que amamenta a sua bebé, ao regressar ao trabalho vou necessitar de retirar leite para os cuidadores darem á bebé e percebi que a bomba de extração de leite não se encontra incluída no Programa, o que não me fez sentido, tendo em conta que a mesma é imprescindível a bebés amamentados, uma vez que as recomendações da OMS são no sentido de manter a amamentação até, pelo menos, aos 2 anos de idade. Ora se a mãe pode, no máximo, tirar uma licença de 8 meses (5 meses + 3 da licença alargada) para que possa continuar a amamentar o seu bebé, no regresso ao trabalho, terá que retirar leite para que o mesmo lhe seja dado no período em que a mãe está a trabalhar. Aliás, o leite adaptado (a chamada fórmula) está incluído nos produtos abrangidos pelo Programa. Ora, se o leite materno é o melhor alimento e o principal até um ano de idade, se está provado que é superior ao leite adaptado, não existe nenhuma razão para o leite adaptado estar abrangido pelo Programa e os "acessórios" necessários para a manutenção da amamentação não”.	1
“Não entrar os produtos de amamentação e conservação de leite”.	2
“Não dar para alguns aparelhos relativos à saúde do bebé, como é o caso da câmara expansora e para a máquina de fazer vapores, que acho que são necessários no primeiro ano de vida, visto que os bebés têm apanhado muitas constipações e bronquiolites”.	1
“Certas marcas, ou por exemplo, tamanho de fraldas, não serem aceites no Programa”.	1
“Não estarem disponíveis para aquisição certos produtos, ex: produtos para pele atópica”.	2
“A minha filha tem pele atópica, os produtos para ela são muito caros e não entram no Programa. Foram passados pela dermatologista e tinha receita”.	1
“Alguns produtos não estarem incluídos no Programa, ex: escovas de cabelo, compressas”.	1

¹⁵ Número de vezes em que a situação é referida.

Descrição dos aspetos	Frequência
“Ser apenas produtos de marcas específicas, se fossem de todas as marcas poderíamos optar por marcas mais baratas”.	1
“ As farmácias aumentaram os produtos quando souberam deste apoio, logo, no fim, eles ganham mais e nós gastamos mais, o que poderia dar em mais produtos”.	1
“Na nossa farmácia não tem muitas qualidades de coisas”.	1
“Limitação em relação a marca de fraldas. Moro numa ilha pequena, é preciso estar sempre a fazer encomendas e não gosto muito daquela marca”.	1
“ Deveriam estar incluídos suplementos para mãe”.	1
Vigência/abrangência do Programa	11
“O Programa deveria ser estendido até, pelo menos, aos três anos, mesmo que o valor atribuído fosse sendo reduzido.”	1
“Deveria ser 1500€ anuais até aos três anos da criança como nas creches”.	1
“Embora deva abranger apenas açorianos, seria algo a estender a bebés que apenas não nasceram na Região, mas que viverão nas ilhas em questão”.	1
“Deveria estender-se, pelo menos, até aos dois anos de vida”.	1
“Podia ser alargado até aos dois anos, pois é a altura em que os bebés estão a criar defesas e por isso utilizam mais medicação”.	1
“Ter que se gastar o dinheiro no prazo de 1 ano”.	1
“Devia durar pelo menos ate aos três anos ou, então, ser um valor mais elevado”.	1
“O aspeto negativos é o facto de ser só até 1 ano”.	1
“O Programa terminar após um ano, mesmo que ainda tenha plafond”.	1
“ O prazo da utilização do Programa é um pouco curto”.	1
“ O Programa não existir em todos os concelhos da Região”.	1
Operacionalização/gestão do Programa	15
“Demorou algum tempo a ativar o plano”.	1
“Demorou um bocadinho de tempo a analisar o processo, mas também é compreensível porque são muitos processos em análise”.	1
“Foi demorado até ser deferido o pedido”.	3
“Inexistência de lista de produtos abrangidos pelo Programa Nascer Mais.”	1
“As famílias perdem imenso tempo nas farmácias quando escolhem um produto e no balcão dizem "não entra no Programa". Ora aquela marca entra no Programa, mas certos produtos não entram, não faz sentido”.	1
“ A constante mudança de produtos que entram e saem do Programa”.	1
“Considero aspeto negativo sé se poder comprar nas farmácias, pois torna difícil a aquisição de fraldas, por exemplo”.	1
“As farmácias aproveitaram para aumentar os preços todos, valores mais altos que no supermercado, e o orçamento gastou-se mais rápido. Comigo só fizeram com que quando acabar o “plafond” não volte lá a comprar nada na secção de bebé, senão vacinação/medicação”.	1
“Ser apenas permitido adquirir produtos na farmácia”.	2
“Não incluir as para-farmácias”.	2
“Obrigatoriedade de gasto na farmácia local, sem possibilidade de outras para-farmácias com preços mais competitivos, por exemplo a Wells.”	1

11.

Sugestões

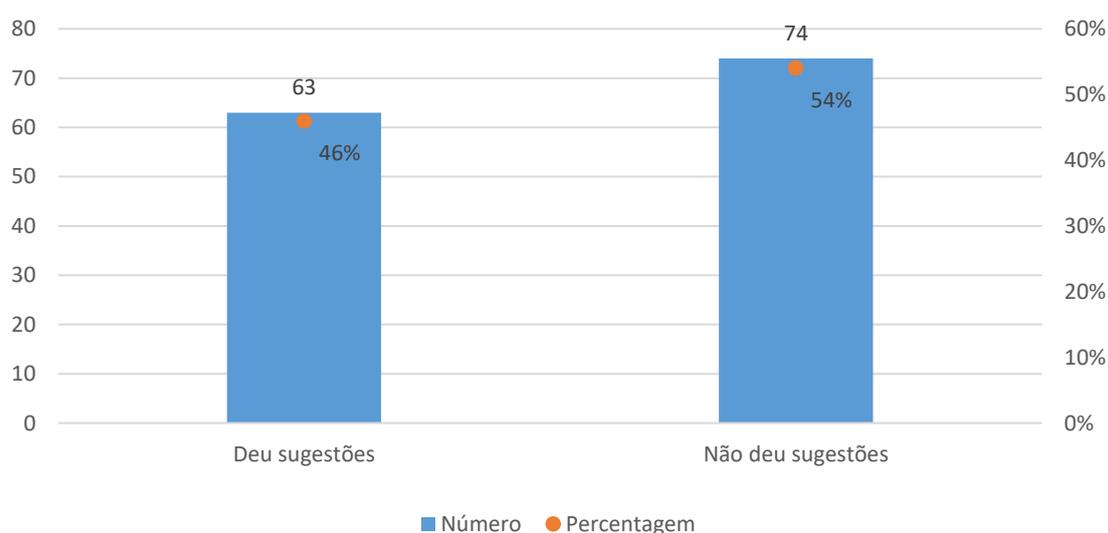
As sugestões, sobretudo, as vindas dos cidadãos desempenham um papel crucial na formulação de medidas de política pública, uma vez que permitem que diferentes perspectivas e conhecimentos sejam considerados, enriquecendo o processo de tomada de decisão. Cada sugestão pode trazer informações pertinentes e experiências pessoais, apontando alternativas e soluções que podem não ter sido consideradas aquando da formulação dos programas e medidas de intervenção social.

Novas ideias e abordagens podem surgir quando se ouve um amplo conjunto de opiniões e experiências. Isso pode levar a políticas mais eficazes e eficientes, oferecendo resultados melhores. Ao receber *feedback* construtivo e pontos de vista alternativos daqueles que são os destinatários das políticas públicas, é possível identificar possíveis falhas, limitações e consequências indesejadas, ajudando a reduzir riscos e a aperfeiçoar as medidas antes de sua implementação ou a reformulá-las.

Tendo em conta este princípio, foi dada a possibilidade aos atuais beneficiários de formularem as suas sugestões no sentido de se poder aperfeiçoar esta Medida, procurando ir de encontro às expectativas e necessidades das famílias.

Assim, dos 137 inquiridos, 63 (46%) deram sugestões as quais devem ser tidas em conta numa eventual reformulação do Programa *Nascer Mais*.

Gráfico 44 – Inquiridos que deram ou não sugestões para a melhoria/alteração do Programa



Optámos pelo mesmo critério relativamente à arrumação das sugestões em três áreas: produtos e marcas; vigência/abrangência do Programa e operacionalização/gestão do mesmo.

Quadro 8 – Descrição das sugestões formuladas pelos inquiridos¹⁶

Descrição das sugestões	Frequência
Produtos e marcas	50
"Se fosse certificado pelo médico que um bebé tem pele sensível/atópica e tem de usar determinados produtos de higiene, estes produtos deveriam ser adquiridos ao abrigo do Programa <i>Nascer Mais</i> ".	1
"Deveriam ser incluídos produtos mais económicos".	1
"Alargar o leque de produtos de higiene principalmente produtos para patologias da pele (pele atópica)."	3
"Ter todos os produtos de bebé disponíveis e não apenas alguns."	1
"Mais produtos e marcas a serem abrangidos pelo Programa."	17
"Introduzir todas marcas, como fraldas <i>Dodots</i> que são mais baratas do que as que entram".	3
"Que todos os produtos de bebé possam estejam incluídos no Programa. Por vezes, há certas marcas que não entram no Programa, principalmente fraldas e toalhetes"	1
"Inclusão dos acessórios necessários para a manutenção da amamentação, como por exemplo, bombas de extração de leite (sejam elas manuais ou elétricas)".	1
"Incluir mais alguns produtos necessários tais como: produtos de amamentação, pois é algo que é valorizado no primeiro ano de vida do bebé e tem custos também associados".	1
"Não ter marcas específicas para entrar no Programa".	1
"Incluir no Programa aparelhos necessários e alguns medicamentos, como por exemplo, respetivamente, bomba expansora e vitaminas".	1
"Deveria abranger mais alguns produtos, como de higiene, que não pelo preço, mas porque são mais ecológicos, ou mesmo o soro fisiológico, tao importante para limpezas nasais".	1
"Todos os produtos que fossem para bebé deveriam entrar no Programa. Pois, alguns produtos da farmácia não entram no Programa, mas também varia de farmácia para farmácia, deveria ser tudo igual".	1
"Adicionar compressas e soro fisiológico que não entram".	1
"Incluir vitaminas".	1
"Inclusão de "máquinas" como, por exemplo, aerossóis".	2
"Rever os produtos que entram na ajuda como soro para lavagem nasal, termómetro e certos produtos higiene".	1
"Incluir todas as fraldas, alargar ao soro fisiológico, compressas e outros artigos que se usam ao longo do crescimento do bebé".	1
"Incluir produtos de amamentação".	2
"Abranger mais os medicamentos em detrimento de produtos de higiene que contempla muitas marcas".	1
"Introduzir mais produtos: fraldas, toalhetes, seringas para fazer lavagem nasal"	1
"Deveria ser considerado mais bens relacionados com a amamentação, como por exemplo, os sacos de congelação, os discos, as bombas".	1
"Introduzir os brinquedos interativos no Programa".	2
"Deveria incluir produtos para extração e armazenamento de leite materno".	1
"Rever os produtos que entram no Programa e inserir pelo menos todos os que sejam com receita médica para a criança."	1
"Os produtos que entram e não entram deve ser revisto".	1
"Devia abranger mais artigos, como é o caso dos brinquedos didáticos".	1
Vigência/abrangência do Programa	18
"Deveria ser de valor mais elevado e por um período mais alargado."	1

¹⁶ Número de vezes em que a sugestão é referida.

Descrição das sugestões	Frequência
“Aumentar o tempo de uso do Programa para dois anos.”	5
“Aumentar o valor do Programa.”	1
“Deveria ser estendido até pelo menos aos 3 anos, mesmo que o valor atribuído fosse sendo reduzido.”	2
“Deveria ser 1500 anuais até 3 anos da criança como nas creches”.	1
“Deveria abranger toda a Região.”	5
“Alargar o Programa a mais concelhos”.	1
“Alargamento do tempo para utilização do valor”.	1
“Na minha opinião o Programa nascer mais devia ser para todas as crianças, não só por concelhos. Penso que todas as crianças mereciam isso”.	1
Operacionalização/gestão do Programa	31
“Incluir as para-farmácias, porque há farmácias que não estão preparadas para ter o vasto leque de produtos que são necessários para o bebé”.	3
“ Maior transparência sobre quais os produtos/marcas incluídas no apoio”.	1
“ Haver a possibilidade de consultar saldo restante do apoio”.	5
“Listar quais os produtos abrangidos”.	8
“Criação de plataforma online de acesso ao saldo e aos produtos que são abrangidos pelo Programa”.	1
“Ser utilizado também em hipermercados.”	2
“Substituir produtos que entrem no Programa por marcas mais baratas”.	1
“Rever a lista do que pode entrar no apoio Nascer Mais”.	1
“Obrigam as farmácias a descer o valor dos produtos para dar mais quantidade”.	1
“Maior celeridade na avaliação das candidaturas”	1
“Menos demora (no meu caso levei quase 3 meses à espera)”.	1
“Como sei que a pessoa que me atendeu não utilizou os dados para sua própria compra?”.	1
“Que as farmácias peçam o documento de identificação da criança para comprovar”.	1
“Não ser necessário os códigos para alargar mais as opções de compra”.	1
“O Programa deveria estender-se também às para-farmácias.”	1
“Caso exista mesmo uma lista essa devia ser divulgada de forma a criar transparência”.	1
“ O apoio poderia abranger bens consumíveis para bebés noutras instalações de venda, como supermercados, por exemplo”.	1

Como principais sugestões apontadas pelos beneficiários no âmbito dos produtos e marcas abrangidos, destacam-se as relacionadas com a necessidade de incluir mais produtos e marcas, nomeadamente as mais baratas; alargar o leque de produtos, principalmente para patologias da pele, soros e mais medicamentos e incluir acessórios para a amamentação.

Consideram como muito importante que deveria ser revista a “lista de produtos” que estão incluídos e não incluídos no Programa.

No que se refere à abrangência/vigência, as sugestões vão, sobretudo, no sentido de este ter um período mais alargado, podendo o “plafond” ser usado para além de um ano e abranger toda a Região.

Relativamente à operacionalização/gestão do mesmo, as sugestões são maioritariamente relacionadas com a necessidade de ser disponibilizada às famílias uma listagem com os produtos e marcas abrangidos; incluir as para-farmácias e supermercados como locais de venda e criar um mecanismo no sentido de os beneficiários consultarem o saldo, à medida que vão utilizando o *plafond*.

12.

Conclusões

O declínio demográfico, marcado pela baixa natalidade, pelo o envelhecimento e pela desertificação de algumas ilhas e concelhos dos Açores são uma realidade bem expressa pelos indicadores apresentados. Esse declínio tem vindo a provocar, já, consequências socioeconómicas significativas, nomeadamente ao nível da população ativa, da força de trabalho disponível, da distribuição de rendimentos e das dificuldades em manter a sustentabilidade da economia.

Nesse sentido, cabe aos governos a criação e implementação de medidas de política pública que contrariem essa tendência. No entanto, perante fenómenos tão complexos como a natalidade, a fecundidade e as dinâmicas familiares, sabemos que uma medida isolada pouca ou nenhuma influência poderá ter na alteração dos comportamentos e nas dinâmicas sociais.

Da presente avaliação, ficou claro que os entrevistados apontam como principais fatores que influenciam a decisão de ter filhos, a existência de um emprego estável – apontado claramente como principal fator – os rendimentos do agregado familiar, o custo de vida, a conciliação da vida profissional com a vida familiar ou a existência de uma rede de serviços de apoio à primeira infância, pelo que - e apenas a partir dos dados obtidos – os apoios monetários, isolados, não parecem contribuir de forma expressiva para a decisão de ter filhos.

Não obstante cerca de 50% e mais de 70% dizerem que o Programa *Nascer Mais* pode contribuir, respetivamente, para a sua decisão de ter filhos ou para o aumento da natalidade nos Açores, apenas 18% aponta a existência do *Programa* como um fator importante nessa decisão e, mais relevante ainda, é que 53% dos entrevistados não pretendem ter mais nenhum filho e 43% apenas mais um.

E não o pretendem fazer por terem já uma família (relativamente) numerosa, mas porque esse não constitui um objetivo das suas vidas. Tenhamos em conta que, dos 76 progenitores que têm apenas um filho, 20 (26%) não pretendem ter mais nenhum e 67% dizem vir a ter mais um, ou seja, dois filhos. De salientar que, à semelhança de outras sociedades estudadas, também aqui, verifica-se uma discrepância entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada.

Como dissemos atrás, não sendo possível aferir em que medida este *Programa* atingiu o objetivo para o qual foi criado – aumentar a natalidade nos concelhos abrangidos - procurou-se, então, avaliar o mesmo no que concerne ao grau de satisfação por parte dos seus beneficiários e eventuais ineficiências, propondo-se eventuais melhorias e alterações.

Ficou claro que, para os beneficiários desta Medida, a mesma teve um impacto financeiro muito significativo – aquele que foi considerado o mais positivo – na redução dos encargos familiares durante o primeiro ano de vida da criança, traduzindo-se também na possibilidade desta usufruir de bens e produtos que, para alguns agregados familiares de menores rendimentos, não seriam possíveis, nomeadamente a aquisição de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, produtos de higiene, tratamentos e cuidados para a criança, produtos lácteos e aparelhos para tratamento ou cuidados da criança.

No que se refere ao procedimento administrativo relativo à candidatura, a grande maioria não sentiu quaisquer dificuldades. No entanto, uma percentagem, ainda significativa, refere que se verifica alguma demora entre a entrada do requerimento e a disponibilização do apoio concedido, ineficiência essa, a ser analisada pelos serviços intervenientes no processo.

Questionados sobre os aspetos positivos, o apoio financeiro é, como referimos, o mais destacado – sobretudo num período de elevada inflação e de custos com a habitação - seguindo-se a tipologia dos produtos incluídos e as condições de acesso, nomeadamente o facto de abranger todas as famílias independentemente dos rendimentos e ser atribuído através de um “crédito” para a aquisição de produtos de farmácia e de não ser atribuído em dinheiro. É de sublinhar que nenhum beneficiário considerou que esta *ajuda* deveria ser concedida através de um apoio monetário entregue às famílias, ficando a sua utilização a cargo destas.

O período que medeia entre a entrada do requerimento e o respetivo deferimento; a não disponibilização de uma lista dos produtos abrangidos que ficasse ao dispor dos beneficiários; não estarem abrangidas as para-farmácias como locais de venda; a exclusão de certas marcas e produtos; a duração de (apenas) um ano e não abranger toda a Região, são os aspetos negativos mencionados pelos beneficiários.

Assim, tendo em conta o que foi referido como negativo, os entrevistados apresentaram as suas sugestões de melhoria as quais passam, sobretudo, pela necessidade de rever a “lista” de produtos abrangidos; aumentar a vigência do *Programa* além de um ano e ser extensivo a toda a Região. Consideram ainda a necessidade de ser disponibilizada, aos pais, a “lista” dos produtos abrangidos e propõem a criação de um mecanismo que permita consultar o saldo disponível após cada utilização.

Como já sublinhámos atrás, não seria possível através deste *Estudo* avaliar em que medida o Programa *Nascer Mais* contribui ou não para a concretização do objetivo para o qual foi criado

- aumento da natalidade nos concelhos abrangidos - atendendo a que não foi possível (ainda) abranger os pais que decidiram ter filhos já após a vigência daquele.

Consideramos, no entanto, que a presente avaliação foi pertinente e poderá ser muito útil, uma vez que permitiu conhecer quais as ineficiências e constrangimentos da implementação do Programa *Nascer Mais*, possibilitando, através das sugestões dos seus beneficiários, proceder-se a alterações futuras e ajustamentos, no sentido de aquele responder de forma mais eficaz às expectativas e necessidades das famílias.

Referência bibliográficas

- Conselho Economico e Social (2022). A Natalidade em Portugal: uma questão política, económica e social. Lisboa, 2022. disponível em: [Parecer A Natalidade em Portugal Uma Questão Económica, Política e Social -versão final aprovada em Plenário \(ces.pt\)](#).
- Cunha, V., Marinho, S., & Atalaia, S. (2021). Intenções de fecundidade nos núcleos parentais jovens: uma análise comparativa dos núcleos monoparentais, de casais “simples” e recompostos. Inquérito à Fecundidade: 2019, 31-57.
- Cunha, V. (2018). Conciliação da atividade profissional com a vida familiar: Igualdade entre mulheres e homens e natalidade. Desafios demográficos: a natalidade, 89-108.
- Ferro, M. (2018), *Relatório sobre a evolução da população mundial*. United Nations Population Found, 2018.
- INE (2020), Inquérito à Fecundidade 2019. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, I.P., disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=0CDgQw7AJahcKEwjA8tK2wc-AAxUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt_server%2Fattachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D467568911%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&psig=AOvVaw2mkb2LQAtRCe9V9sIA-86 &ust=1691668241869073&opi=89978449.
- INE (2021), Inquérito à Fecundidade 2019: Estudos sobre fecundidade em Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=6358344&PUBLICACOESmodo=2.
- Sobotka, T., Zeman, K., Di Lego, V., Goujon, A., Hammer, B., Loichinger, E., ... & Luy, M. (2018). European demographic data sheet, 2018.
- Vienna Institute of Demography (VID) and International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA). 2020. European Demographic Datasheet, 2020.

Sítios da internet consultados

www.ine.pt

www.pordata.pt

Conceitos

Agregado familiar: Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

Fecundidade desejada – Número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter.

Fecundidade final esperada – Número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

Índice Sintético de Fecundidade - número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento.

Nível de escolaridade – Nível de escolaridade mais elevado que foi concluído com êxito, ou para o qual se obteve equivalência, e que confere um certificado ou um diploma.

Rendimento Monetário Líquido: inclui os rendimentos – obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros – provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social

Taxa Bruta de Natalidade: Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

Abreviaturas e símbolos

H – Homens

HM – Homens e Mulheres

INE – Instituto Nacional de Estatística

M – Mulheres

N.º - Número

% - Percentagem

‰ – Permilagem

Anexos

Anexo 1 - Legislação enquadradora do Programa *Nascer Mais*

Resolução do Conselho do Governo n.º 172/2022 de 18 de outubro de 2022;

Resolução do Conselho do Governo n.º 21/2023 de 9 de fevereiro de 2023;

Portaria n.º 42/2023 de 31 de maio de 2023.

Anexo 2 – E-mail remetido

“Caro (a) beneficiário (a),

Com o Programa *Nascer Mais* foi criado um apoio financeiro no valor de 1500€ destinado à promoção do bem-estar e saúde das crianças açorianas no primeiro ano de vida, tendo como objetivo incentivar a natalidade nos Açores.

É na qualidade de beneficiário(a) desse Programa que, o Governo Regional dos Açores, através da Vice-Presidência do Governo Regional, gostaria de lhe solicitar a dispensa de alguns minutos do seu tempo no preenchimento de um breve questionário de avaliação do Programa *Nascer Mais*.

O seu contributo é muito importante para a avaliação deste Programa, no sentido de se manter ou não a sua continuidade, ou se proceder a possíveis alterações que possam ir ao encontro de uma maior satisfação e necessidades dos seus beneficiários.

Gostaríamos de salientar que todas as suas respostas serão tratadas de forma **confidencial** e utilizadas apenas para fins estatísticos. Portanto, sinta-se à vontade para expressar sua opinião de maneira honesta e sincera.

Lembre-se de que não existem respostas certas ou erradas. O que procuramos é obter uma opinião daqueles que estão a beneficiar deste apoio.

O inquérito tem um **prazo de resposta até ao próximo dia 4 de julho**, o qual deve ser preenchido através da seguinte ligação: <https://forms.office.com/e/gHQb42nbZ3>.

Agradecemos, desde já, a sua participação, a qual contribuirá de forma decisiva para a continuidade deste Programa e para a melhoria e sucesso do mesmo.”

Anexo 3 – Inquérito por questionário

Inquérito por questionário aos progenitores dos beneficiários do Programa *Nascer Mais*

Este Questionário insere-se no processo de avaliação de impacto do programa *Nascer Mais*.

A sua informação será tratada de forma confidencial, sendo que a sua opinião é muito importante para avaliarmos os resultados deste projeto-piloto que se traduz num apoio financeiro para a aquisição de bens considerados indispensáveis à saúde e bem-estar, segurança e desenvolvimento das crianças açorianas.

O questionário demorará, aproximadamente, 10 minutos do seu tempo. Os dados recolhidos serão usados ao abrigo do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Li o enquadramento e objetivos do estudo do presente inquérito e aceito que os dados recolhidos sejam usados ao abrigo do RGPD.

1. Identificação do inquirido:

Progenitor

2. Identificação da criança

2.1. **Sexo:** Masculino Feminino

2.2. **Data de nascimento:** _____ / _____

2.3. **Concelho** _____

2.4 **Freguesia** _____

2.5. **É o seu primeiro filho?** Sim Não

2.6. **A criança é beneficiária do abono de família?** Sim Não NS/NR

3. Habitações literárias dos progenitores:

3.1. Mãe:

1º ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano) 2.º Ciclo (5.º e 6.º ano) 3.º Ciclo (7.º, 8.º, 9.º ano)

Ensino Secundário (10.º, 11.º e 12.º ano) Ensino profissional Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento) NS/NR

3.2. **Pai:** 1º ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano) 2.º Ciclo (5.º e 6.º ano) 3.º Ciclo (7.º, 8.º, 9.º ano) Ensino Secundário (10.º, 11.º e 12.º ano) Ensino profissional Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento) NS/NR

4. Composição do agregado familiar:

4.1. Tipologia do agregado familiar: Nuclear Monoparental Reconstituída (com um filho/a de uma relação anterior) Alargada

4.2. N.º de elementos no agregado familiar _____ N.º de filhos _____

4.4. Quantos filhos planeia vir a ter? _____

4.5. Quantos filhos gostaria de ter ou ter tido? _____

5. Proveniência dos rendimentos dos progenitores (pais da criança):

Rendimentos do trabalho

Prestações de desemprego

Prestações sociais Qual/Quais? _____

Outros rendimentos Qual/Quais? _____

6. Rendimento mensal (inclui prestações sociais) dos progenitores:

6.1. Mãe: Não possui rendimentos <798,00€ 798,00€ - 849,99€ 850,00€ - 999,99€
 1000,00€ - 1149,99€ 1150,00€ - 1299,99€ 1300,00€ - 1449,99€ 1500,00€ - 1649,99€
 1650,00€ - 1799,99€ 1800,00€ - 1949,99€ ≥1950€ NS/NR

6.2. Pai: Não possui rendimentos <798,00€ 798,00€ - 849,99€ 850,00€ - 999,99€
 1000,00€ - 1149,99€ 1150,00€ - 1299,99€ 1300,00€ - 1449,99€ 1500,00€ - 1649,99€
 1650,00€ - 1799,99€ 1800,00€ - 1949,99€ ≥1950€ NS/NR

7. Na sua perspetiva, quais são os fatores determinantes que contribuem para a decisão de ter um filho?

(NOTA: indique e enumere por ordem de importância **três fatores** que considera que contribuem para a decisão de ter um filho):

7.1 Emprego estável _____

7.2 Rendimentos familiares _____

7.3 Custos com a habitação _____

7.4 Custo de vida _____

7.5 Vontade própria de constituir família _____

7.6 Suporte familiar _____

7.7 A existência de apoios do Estado _____

7.8 Rede de serviços de apoio à primeira infância (creche, ama) _____

7.9 Conciliação da vida profissional com a vida familiar _____

7.10. Gestão doméstica e familiar (partilha das tarefas domésticas e familiar) _____

7.11. Outro _____, 7.11.1. Qual? _____

8. A existência do Programa *Nascer Mais* pode contribuir para a sua decisão de ter mais filhos?

- 1. Não contribui em nada
- 2. Contribui pouco
- 3. É indiferente
- 4. Contribui
- 5. Contribui muito
- 6. NS/NR

9. Acha que a existência do programa *Nascer Mais* contribui para o aumento do número de nascimentos nos Açores?

- 1. Não contribui em nada
- 2. Contribui pouco
- 3. É indiferente
- 4. Contribui
- 5. Contribui muito
- 6. NS/NR

10. Acha que o Programa *Nascer Mais* contribuiu para a redução dos encargos financeiros da sua família no primeiro ano de vida do seu filho?

- 1. Não contribui em nada
- 2. Contribui muito pouco
- 3. É Indiferente
- 4. Contribui
- 5. Contribui muito
- 6. NS/NR

11. Na sua perspetiva, quanto é que conseguiu poupar ou poupa, em média, mensalmente, no seu orçamento familiar através do Programa *Nascer Mais*?

- <49,99€ 50€ - 99,99€ 100,00€ - 149,99€ 150,00€ - 199,99€ 200,00€ - 249,99€
- 250,00€ - 299,99€ ≥300 NS/NR

12. Com base na lista de produtos utilizados no 1º ano de vida do seu filho, indique o grau de dificuldade que teria na aquisição destes produtos se não existisse o Programa *Nascer Mais*:

Descrição dos produtos	Teria muitas dificuldades	Teria bastante dificuldades	Teria algumas dificuldades	Teria poucas dificuldades	Não teria dificuldades
Produtos de higiene, de tratamento cuidados para o bebé (fraldas, toalhetes, cremes, pomadas, etc).					
Aquisição de acessórios para o bebé (biberão, chupetas, termómetro, etc.).					
Vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação.					
Produtos lácteos para lactantes ou similares (leite adaptado, papas, etc.).					
Medicamentos básicos (ben-u-ron, Brufen, etc.).					
Aparelhos para tratamentos ou cuidados do bebé.					
Brinquedos educativos/interativos.					

13. Como classifica o processo de candidatura do programa *Nascer Mais*?

1. Tive muitas dificuldades
2. Tive dificuldades
3. Tive algumas dificuldades
4. Tive poucas dificuldades
5. Não tive dificuldades
6. NS/NR

14. Qual é a sua opinião relativamente ao período de tempo entre a entrada da candidatura e a decisão final da atribuição?

1. Nada demorado
2. Pouco demorado
3. Demorado
4. Bastante demorado
5. Muito demorado
6. NS/NR

15. Qual é o seu grau de satisfação relativamente ao Programa *Nascer Mais*?

1. Nada satisfeito
2. Pouco satisfeito
3. Satisfeito
4. Bastante satisfeito
5. Muito satisfeito
6. NS/NR

15.1. Se está nada ou pouco satisfeito, indique as razões?

16. Na sua perspetiva, quais são aspetos positivos e negativos do programa *Nascer Mais*?

15.1. Positivos:

15.2. Negativos:

17. Considerando até agora a sua experiência com o Programa *Nascer Mais*, possui alguma sugestão de melhoria?

Sim Não NS/NR

16.1. Se sim, qual/quais?

Obrigado pela sua participação!